



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 028

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 028

25ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 08

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 16

Dep. Chico Noroeste 17

Dep. Fernando Scanavaca 18

Dep. Plauto Miró 19

Dep. Ademar Traiano 19

Dep. Antonio Belinati 22

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 20

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 27

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 28

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

Redação Final 33

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 34

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 42

Transcrição 42

DIÁRIO Nº 028

25ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 ABRIL DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Fábio Camargo, Luciana Rafagnin e Mauro Moraes (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº DRDO-C/0280/2009DFI do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor-Presidente da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Geraldo Cartário e Fernando Scanavaca, que solicitam esclarecimentos sobre preços praticados pela COPEL junto a outras companhias de energia elétrica. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 313/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Araruna com o Município de Terra Boa.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Araruna com o Município de Terra Boa.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Carmindo Bonato.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de estrada vicinal que liga os dois Municípios, por onde transitam caminhões e carretas em razão do grande número de indústrias presentes na região.

INDICAÇÃO Nº 314/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, a doação de ambulâncias para o município de Araruna.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Saúde, a doação de (02) duas ambulâncias, a ser destinada ao Município de Araruna.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Carmindo Bonato.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Araruna passa por uma série de problemas relacionados à saúde, dentre eles, a falta de ambulâncias. Desta forma, conto com o apoio de meus nobres Pares para a aprovação da presente visando a doação de duas ambulâncias pelo Governo do Estado ao Município de Araruna, para possibilitar um atendimento em tempo hábil aos enfermos.

INDICAÇÃO Nº 315/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Sra. Secretaria de Estado da Saúde, a implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria de Saúde, a implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Sérgio Pereira Júnior.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação deste Centro no Município de Cianorte, cidade pólo da Região do Médio Noroeste, possibilitará atendimento mais ágil na área da Saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia ultra-Sonografia, exames laboratoriais e outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

INDICAÇÃO Nº 316/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil localizado no Parque Alvarado UNV, Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 317/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do Centro Educacional Infantil localizado no Parque Alvarado II, Município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 318/09

SÚMULA:

Propõe a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO - da Câmara Federal que encaminhe de forma favorável a implantação de uma Delegacia da Polícia Federal na Cidade de Campo Mourão.

Ao Exmo. Sr. Deputado Federal Alexandre Silveira - PPS/MG, presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO - da Câmara Federal.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digna a V. Exa em envidar todos os esforços com o fito de que se implante uma Delegacia de Polícia Federal no Município de Campo Mourão, no Paraná.

II - As altas taxas de criminalidade na região e o avanço exponencial dos casos de tráfico de drogas nos levam a necessidade de uma intervenção mais efetiva. O Município se encontra na principal rota de entrada de arma, drogas e contrabandos em geral em nosso país pela proximidade com os países vizinhos.

III - Em 28/11/07, por nossa iniciativa, realizamos uma Audiência Pública na região, reunindo as principais lideranças e técnicos da área de segurança para se discutir a fundo o problema. Naquela oportunidade elaborou-se um relatório sobre a criminalidade na região que incluía números alarmantes sobre o aumento da criminalidade e a utilização pelos marginais, dos Municípios da região como rota principal de atuação das quadrilhas.

IV - Enviamos nossos relatórios a todas as autoridades estaduais no intuito de mobilizarmos a todos para a luta contra o crime organizado. À época obtivemos o compromisso do superintendente da Polícia Federal no Paraná, Dr. Delci Ferreira, de instalar um posto em campo Mourão. Em contrapartida o Dr. Delci pediu-nos que viabilizássemos a infraestrutura necessária - escritório e alojamento para os policiais. Firmamos o compromisso de buscar o apoio de entidades e da sociedade da região de Campo Mourão para obter os espaços necessários.

V - A situação é realmente alarmante e os 31 (trinta e um) Municípios que formam a região denominada COMCAM estão sob uma avalanche da criminalidade. Não tínhamos problemas como tráfico de drogas e armas e agora temos. Esperamos que a vinda da Polícia Federal contenha essa terrível onda de violência.

VI - Neste diapasão esperamos poder contar com vossa preciosa colaboração na viabilização da implantação de uma Delegacia da Polícia Federal em Campo Mourão/PR.

VII - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido o tema Segurança Pública é, sem dúvida, um dos mais importantes.

VIII - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 319/09

SÚMULA:

Propõe ao Ministério da Justiça a implantação de uma Delegacia da Polícia Federal na Cidade de Campo Mourão.

Ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Tarso Genro:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digna a V. Exa. em envidar todos os esforços necessários com o fito de que se implante uma Delegacia da Polícia Federal no Município de Campo Mourão, no Paraná.

II - As altas taxas de criminalidade na região e o avanço exponencial dos casos de tráfico de drogas nos levam a necessidade de uma intervenção mais efetiva. O Município se encontra na principal rota de entrada de arma, drogas e contrabandos em geral em nosso País pela proximidade com os países vizinhos.

III - Em 28/11/07, por nossa iniciativa, realizamos uma Audiência Pública na região, reunindo as principais lideranças e técnicos da área de segurança para se discutir a fundo o problema. Naquela oportunidade elaborou-se um relatório sobre a criminalidade na região que incluía números alarmantes sobre o aumento da criminalidade e a utilização, pelos marginais, dos Municípios da Região como rota principal de atuação das quadrilhas.

IV - Enviamos nossos relatórios a todas as autoridades estaduais no intuito de mobilizarmos a todos para a luta contra o crime organizado. À época obtivemos o compromisso do superintendente da Polícia Federal no Paraná, Dr. Delci Ferreira, de instalar um posto em Campo Mourão. Em contrapartida o Dr. Delci pediu-nos que viabilizássemos a infraestrutura necessária - escritório e alojamento para os policiais. Firmamos o compromisso de buscar o apoio de entidades e da sociedade da Região de Campo Mourão para obter os espaços necessários.

V - A situação é realmente alarmante e os 31 (trinta e um) Municípios que formam a região denominada COMCAM estão sob uma avalanche da criminalidade. Não tínhamos problemas como tráfico de drogas e armas e agora temos. Esperamos que a vinda da Polícia Federal contenha essa terrível onda de violência.

VI - Neste diapasão esperamos poder contar com vossa preciosa colaboração na viabilização da implantação de uma Delegacia da Polícia Federal em Campo Mourão-Paraná.

VII - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido o tema Segurança Pública é, sem dúvida, um dos mais importantes.

VIII - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e federal acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 320/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a implantação do Contorno desviando o tráfego diária de 5 mil veículos do centro do Município de Mandaguari.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela comunidade do Município de Mandaguari que legitimamente solicita, com brevidade, empenho na busca de soluções para a tão esperada implantação do contorno para desviar o tráfego de veículos diários que cortam o centro da cidade.

II - Em ofício a Comissão responsável pelas manifestações e pela condução dos trabalhos de empenho em busca do objetivo nos informou das várias tratativas ocorridas que resultaram infrutíferas.

III - É importante destacar que ao final do ano passado houveram manifestações significativas no intuito de sensibilizar as autoridades estaduais para o drama diário vivido pelo Município, e que, em breve, se está programando novas manifestações. Desta forma é por demais importante que se atue eficácia desde este momento, não se deixando chegar a situações mais complicadas.

IV - Diante da grande importância do atendimento desta manifestação, pedimos o empenho máximo no seu atendimento.

V - O atendimento destas necessidades atingirá milhares de pessoas e representa o sonho de todos os moradores do Município e região, a solução desta situação, possibilitará, também, o crescimento do Município e arredores, trazendo melhoria na qualidade de vida da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 321/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETPE, atenção especial à necessidade da construção de um abrigo para idoso no Município de Miraselva.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETPE, em dirigir atenção especial à necessidade da construção de um abrigo para idosos no Município de Miraselva.

II - Por proposição do nobre Vereador Osmar Ferdinando Tonin Junior a Câmara Municipal de Miraselva nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria para que viabilize recursos financeiros para a construção da obra acima.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde

tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 322/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial ao atendimento da Lei de n° 9177 de 29/12/89, que dispõe sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação, em dirigir atenção especial ao atendimento no disposto na Lei de n° 9177 de 29/12/89 que “Dispõe que deverá ser distribuído no primeiro dia de aula de cada ano letivo, a todos os alunos das Escolas de 1 e 2 graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, durante o primeiro semestre do ano letivo corrente.

II - Por proposição do nobre Vereador José Pochapski, aprovado por unanimidade em Plenário da Câmara Municipal de Campo Mourão nos foi encaminhado ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria para que se cumpra esta obrigação.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para todos os paranaenses.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 323/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM, atenção especial ao atendimento da necessidade do Município de Jardim Alegre.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação, em dirigir atenção especial ao atendimento da necessidade do Município de Jardim Alegre que necessita de um veículo para o atendimento do Departamento de Indústria e Comércio Municipal.

II - O Presidente da Câmara Municipal em conjunto com o Secretário Municipal de Indústria e Comércio nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria para que se cumpra esta necessidade.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para todos os paranaenses.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 324/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião a criação do Programa Paranaense de Recompensa Ambiental, conforme específica.

O Deputado Pedro Ivo, no uso das suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião para requerer:

1° - Instituir a recompensa ambiental, aos proprietários rurais, que preservaram florestas em suas propriedades além dos 20% da “reserva legal”.

2° - A recompensa ambiental será paga aos proprietários em valor equivalente a 50 sacas de milho por alqueire/ano, sempre no mês de maio tendo por base o preço médio de mercado praticado no ano anterior, com recursos oriundos de um fundo constituído para esse fim.

3° - Para que o proprietário tenha direito a recompensa ambiental, será feito um cadastramento pelos órgãos do Estado, com prioridade aos que possuam até quatro módulos fiscais e cuja área tenha cobertura florestal além dos 20% exigidos em lei.

Equiparam-se a proprietários para efeitos da presente lei, posseiros, parceiros e outros desde que possuam carta de aptidão fornecida pela EMATER e Sindicatos. A adesão ao cadastro não será compulsória e prevalecerá quanto seja de conveniência para o proprietário.

4° - Poderão também se enquadrar no programa, proprietários que possuam mais de quatro e até 15 módulos fiscais. O enquadramento dos proprietários ao programa se dará de forma gradual, iniciando-se com os de menor área de terra, ampliando-se à medida que houver disponibilidade de recursos no fundo.

5° - O Governo do Paraná desenvolverá através das suas secretarias uma política que possibilite o manejo sustentável dessas áreas cadastradas no programa da “recompensa ambiental”, exceto aquelas de preservação permanente, visando dar aproveitamento econômico em forma de atividades compatíveis com a preservação e perpetuação das espécies da fauna e flora dessas áreas.

6° - Os proprietários contemplados com a recompensa ambiental receberão treinamento e instruções dos órgãos do Estado, a fim de colaborarem, como agentes ambientais voluntários na preservação do meio ambiente.

7° - O programa de recompensa ambiental bem como demais despesas destinadas à implantação do mesmo serão custeadas da seguinte forma:

- dotações orçamentárias do Estado;
- dotações orçamentárias dos Municípios e da União;
- recursos oriundos do pagamento efetuado por proprietários, que não possuam reserva legal e que optarem por constituí-la na forma desta lei através do pagamento do valor correspondente a 50 sacas de milho por alqueire/ano;
- multas aplicadas pelos órgãos ambientais;
- rendimentos de qualquer natureza, incluindo receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais e estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PERO IVO

JUSTIFICATIVA:

Essa solicitação se faz necessário devido ao fato de que em algumas regiões do nosso Estado existem proprietários que possuem grande parte de suas propriedades preservadas com muitas espécies nativas incluindo algumas ameaçadas de extinção, fato que impossibilitará a ampliação das áreas agricultáveis dessas propriedades.

Essa situação gera um enorme problema social visto que os filhos desses agricultores são obrigados a descolarem-se para os centros urbanos em busca de melhores alternativas de vida. Por outro lado não se configura justo que esses proprietários que preservaram a maioria de suas propriedades, nada recebem por isso, enquanto outros que tudo devastaram além de não terem esses ônus ainda façam o total aproveitamento econômico de suas propriedades.

Se medidas nesse sentido não forem tomadas pelo Poder Público, a esses proprietários que preservaram só restam duas alternativas: vender suas áreas aos grandes proprietários causando êxodo rural ou permanecer na propriedade passando inúmeras necessidades, pois é impossível a sobrevivência de famílias na maioria dos casos numerosas em áreas como, por exemplo, no Sul do Estado em que as propriedades giram em torno de 10

hectares e em grande parte dos casos oito hectares são cobertos com vegetação nativa, incluindo espécies em extinção como imbuia e araucária.

Esses pequenos proprietários e suas famílias por questão de sobrevivência são forçados a partirem para culturas como a de fumo que além de penosa compromete a saúde e o meio ambiente em decorrência da maciça utilização de agrotóxicos.

Esse projeto ao estipular como medida referencial de pagamento pela cessão de áreas destinadas a reserva legal o milho o que fez tendo em vista que este gênero agrícola é muito utilizado no mercado como indexador dos valores pagos por áreas arrendadas para atividades agrícolas. Também este cereal já foi utilizado como indexador em muitos programas governamentais destinados ao fomento da agricultura como, por exemplo, o panela cheia no mandato anterior do Governador Requião.

A que se ressaltar que os proprietários beneficiados por esta lei passariam a ser uma espécie de agentes ambientais voluntários a exemplo do que ocorreu em projetos de preservação de espécies ameaçadas como é caso das tartarugas marinhas e do pirarucu que envolveu os pescadores e a população ribeirinha dessas áreas. Seriam mais pessoas colaborando com os órgãos ambientais na preservação do meio ambiente.

Hoje temos casos de proprietários rurais que em face das restrições a utilização econômica de determinadas espécies nativas como a araucária, por exemplo, que quando nasce é logo eliminada, pois futuramente passaria a ser vista como um obstáculo a utilização econômica das áreas por elas ocupadas, dada a proibição do seu corte. Com a nossa proposta esses proprietários seriam incentivados a inclusive efetuar o plantio de espécies nativas e com manejo adequado extrair lucratividade das mesmas.

Importante ressaltar que nossa proposta não gera despesas ao erário, pois apenas disciplina e facilita a intermediação de áreas aptas para isso. A presença do Estado nessa negociação entre o proprietário cedente e o tomador dessas áreas importante para evitar abusos que poderiam resultar em exploração e até mesmo calotes aos cedentes na cobrança desses valores, isso evidentemente comprometeria o bom funcionamento desse sistema.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 104/09 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 515/08, item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Elton Welter, Jonas Guimarães e Dr. Batista.

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente:

O Deputado Elton Welter, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por 5 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei nº 836/07, Item 07 da Ordem do Dia de hoje, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A retirada se faz necessária devido a que, o parecer da comissão de finanças se baseou em documentos que foram anexados ao mesmo, destacadamente, resposta a ofício enviado à Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, cuja resposta da lavra do Desembargador Leonardo Lustosa, fundamentou o parecer.

A ausência dos anexos, dificultam o entendimento dos fundamentos do Relator para a rejeição da proposta, assim, se requer a retirada da pauta para que sejam incluídos os documentos que faltam no parecer.

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para o dia 27 de abril as 8h30, para realização de Audiência Pública que irá debater o controle da internet e a democratização dos meios de comunicação.

A Audiência Pública é uma proposição da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizada em parceria com as seguintes entidades; Comissão Paranaense Pró-Conferência Nacional de Comunicação, Coordenação dos Movimentos Sociais - PR, Intervozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social, Assembleia Popular, ABRAÇO, Pontão de Cultura Minuano, Pontão de Cultura Kuai tema, APP-Sindicato, SINDIJOR-PR, Coletivo Soylocoporti, CUT-PR, Terra de Direitos, CEFURIA, Centro Che, Liderança PT na Assembleia Legislativa do Paraná, Conselho Regional de Psicologia Paraná, UNE, UPE, DCE-UFPR, Associação Software Livre, Casa Brasil, PSL-PR, FERMACOM-PR.

Requer também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos dos serviços de taquigrafia, da disponibilidade do fotógrafo desta Casa, confecção de 500 (quinhentos) cartazes e (100) mil folders, solicitamos também uma passagem de Brasília para Curitiba e uma passagem de Curitiba para Brasília.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 382/07 e 113/09, que dispõe sobre a unificação da data dos exames de seleção ao ensino superior das universidades e faculdades estaduais.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pela falecimento de Elvira Cruz Rosa, 87 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pela falecimento de Angelo Martiri da Silva Antunes, 26 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pela falecimento de Antonio Alvez dos Santos, 90 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pela falecimento de Acedina Nunes de Oliveira, 75 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento de Anderson Gonçalves da Silva, ocorrido no último dia 21 de março.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. João Francisco da Silva, seu pai.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa em por objetivo encaminhar aos familiares de Anderson Gonçalves da Silva nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 21/03/09, que deixa eternas saudades.

Em plenos 21 anos de idade o jovem Anderson foi inocentemente vitimado pela onda de criminalidade que infelizmente assola nossa região. Filho do nosso amigo e grande líder comunitário da Região Jardim Tropical 2, João Torto, o jovem, infelizmente, teve sua vida abreviada de forma injustificável, causando grande comoção em todos os habitantes da região.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 1301

Senhor Presidente:

O Deputado este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Casa a inserção nos Anais da Sessão, de um voto de congratulações pela posse da nova Diretoria do Instituto de Engenharia do Paraná, presidida pelo engenheiro Jaime Sunye Neto e requer mais que este voto seja extensivo ao ex-Presidente Luiz Cláudio Mehl, pela gestão recém-encerrada.

Requer ainda que esta manifestação seja comunicada à entidade homenageada, no endereço anexo.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Engenharia do Paraná, fundado em 1926, chega aos 83 anos com mais de 4 mil profissionais associados, uma larga folha de serviço prestado ao

desenvolvimento da comunidade paranaense e o reconhecimento do país; onde integra o Colégio Nacional de Entidades de Engenharia como segunda entidade mais representativa em número de membros, terceira mais antiga por data de criação e uma das instituições fundadoras do sistema CONFEA - normatizador da profissão de Engenharia.

Concebido por um grupo de professores da Universidade Federal do Paraná, o IEP se converteu na casa de estudos da Engenharia no Paraná. Ele reúne centenas de profissionais das diversas especialidades da área em reuniões técnicas, grupos de trabalho, seminários e cursos de atualização, incubadoras de iniciação técnica e empresarial, difusão e intercâmbio com a comunidade e, mais recentemente, um “banco de idéias” integrado pelos engenheiros mais experientes do Paraná dedicados a formular alternativas para a solução de desafios antepostos ao desenvolvimento estadual.

Na gestão de quatro anos recém-concluída, o então Presidente, engenheiro Luiz Cláudio Mehl, expandiu o foco do Instituto de Engenharia do Paraná ao conduzir em Curitiba o projeto “Cenário Brasil” com seis mesas redondas mensais sobre os temas mais atuais da aplicação da Engenharia à economia e sustentabilidade do país - Transportes, Energia, Saneamento, Urbanização, etc; o seminário “Renergia”, em Foz do Iguaçu, para discutir o cenário de oferta de insumos energéticos e implantar o Centro de Eventos “Espaço da Tecnologia”, junto à sede social em Curitiba - além de muitas realizações e atividades, inclusive em conexão com entidades representativas e órgãos públicos.

No último dia 29, em sucessão aos mandatos de Luiz Cláudio Mehl, o também engenheiro Jaime Sunye Neto foi empossado na Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná. Sunye, mestre internacional de xadrez e condutor de um projeto para difusão dessa arte nas escolas como apoio ao desenvolvimento do raciocínio lógico entre os jovens - fundamental para melhorar o desempenho escolar dos estudantes brasileiros, foi Vice-Presidente na gestão anterior, quando dirigiu o Núcleo de Relações Institucionais e apoiou a reestruturação da entidade, colaborando na implantação da parceria IEP-Unimed, do Banco de Ideias e da Responsabilidade Sócio-Ambiental, sendo também Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná.

À frente de uma Diretoria e um Conselho Deliberativo compostos por expoentes da profissão como professores universitários, consultores e empresários - entre os quais citamos o Vice-Presidente Nivaldo de Almeida Neto, ex-Secretário Estadual dos Transportes e ex-Diretor de Usinas Hidrelétricas, como a Itaipu Binacional - Jaime Sunye Neto assume um mandato de dois anos. Ele tem fortes propostas que, por certo irão dinamizar ainda mais o tradicional e vigoroso Instituto de Engenharia do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente:

O Deputado presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas pela comemoração, no próximo dia 14/04/09, de seus 130 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Exma. Sra. Joanna D'Arc Franco de Araújo, Prefeita, em exercício, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 14/04/09, quando o Município de Palmas completará 130 anos de emancipação política.

Saudamos efusivamente a Sra. Prefeita, em exercício, e todos os Srs. Vereadores desse importante Município que continuam dando o melhor de seus esforços em benefício de sua laboriosa população. Pois, entregar-se ao estudo dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres; abdicar do direito ao descanso para trabalhar pelos interesses do Município; sacrificar o aconchego da família, para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos, requer heroísmo e imensa dose de coragem.

É sabido que a célula-mater da nação está no Município. A este, portanto, todos os cuidados devem ser prestados, uma vez que sobre ele repousa o progresso do Estado.

Se a célula se estiola e fenece, o organismo todo se enfraquece.

Aceitem, pois, todos os administradores do Município de Palmas, bem como a população em geral, nossas sinceras e calorosas homenagens pela comemoração do seu 130° aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações a Sra. Dirce Bortotti Salvadori, que foi agraciada com o troféu "Mulheres de Ciência Glaci Zancan".

Professora da FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão), a professora Dirce recebeu justa homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher, recebendo o troféu "Mulheres de Ciências Glaci Zancan". A homenagem foi prestada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI. A professora atua há mais de 20 anos como docente da FECILCAM, recebeu este prêmio como justa homenagem àqueles que contribuem para o avanço da pesquisa nacional como fator alavancador para o desenvolvimento sócioeconômico do País

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a Sra. Dirce Bortotti Salvadori.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela professora Dirce.

Dirce Bortotti Salvadori concluiu o mestrado em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara) em 2001. Participou de seis eventos no Brasil. Orientou sete trabalhos de iniciação científica nas áreas de Educação, Filosofia e História. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Filosofia da Educação e Estágios Supervisionados e Prática de Ensino. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Educação, múltiplas linguagens, prática pedagógica; Educação, trabalho, cidadania; Reforma do Estado, Cultura, Agroindústria, Dialogia, Polifonia e Intertextualidade, Educação axiológica, epistemologia, cultura, Educação Axiológica; Caráter, Cultura, educação, pesquisa, cidadania, Formação de professores, epistemologia, prática pedagógica e integração intra/interinstitucional.

O reconhecimento de uma profissional paranaense sempre representará um orgulho para todo o nosso Estado e, sem dúvida alguma, a professora Dirce representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustre Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação ou comodato de uma ambulância com UTI para o Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Miguel do Iguaçu precisa com urgência de uma ambulância com UTI, tendo em vista a necessidade de transportar pacientes com quadro clínico grave, bem como em outras situações em que os casos requerem um veículo adequado para a locomoção de doentes a hospitais de pequeno, médio e grande porte, em Cidades vizinhas, de vez que o Município não possui, e os veículos atuais, recebidos da gestão anterior, encontram-se sem condições de trafegar em face do precário estado de conservação em que se encontram.

REQUERIMENTO N° 1339

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto Plenário, que seja encaminhando ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), Luiz Forte Neto, solicitando a inclusão do Município de São João do Triunfo no Programa de Construção de Escola do Estado do Paraná / Dualidade Administrativa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de São João do Triunfo requer por meio do Ofício n° 177/09 protocolado junto à SEDU sob n° 07.552.556-7 a construção de uma unidade escolar em terreno próprio do Município. Atualmente o Município ocupa um prédio do Estado para ofertar o Ensino de 1ª a 4ª séries e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Mas, conforme estimativa da Secretaria de Estado da Educação, o local não comportará, em breve, a demanda dos alunos de responsabilidade da Prefeitura. O que faz urgente a necessidade de uma sede escolar.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para os alunos da educação pública.

REQUERIMENTO N° 1303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo pintura nos ônibus dos nomes dos Municípios que estão recebendo em comodato os referidos veículos para serem usados no transporte escolar.

Sabe-se que tais veículos são passados às Prefeituras para servir ao transporte escolar nas áreas urbanas e rurais, por período de cinco anos. Neste sentido, achamos importante que o Governo do Estado providencie a exposição de informações como esta para que usuários e o público em geral tomem conhecimento e possam eventualmente coibir ou até impedir o uso indevido dos ônibus.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de pedido de informações à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do IAP, se a Lei n° 15001 de 26/01/06, está sendo cumprida?

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando

as seguintes informações relativas ao total dos investimentos feitos nos oito anos do Governo Jaime Lerner e nos seis anos do Governo Roberto Requião nas áreas de Saúde, Educação (ensino fundamental, médio e superior), Transportes, Segurança Pública, Obras Públicas, Publicidade, Agricultura e Desenvolvimento Urbano, nos seguintes Municípios:

- Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada Goulart Conspiração do Silêncio, do ex-Deputado Federal Hélio Duque e Dr. em Ciências da Área Econômica da UNESP, publicada no jornal O Estado do Paraná, do dia 31/03/09.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 125/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Art. 2° A partir do 30° (trigésimo) dia do ingresso do usuário no cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1° ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supracriado.

§ 1° Incluem-se nas disposições desta lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 2° A qualquer momento o usuário poderá solicitar a sua exclusão do cadastro.

Art. 3° Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei propõe um cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações em telefones fixos e aparelhos celulares de serviços de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem desses serviços. Fica proibido que se efetuem ligações não autorizadas para o usuário inscrito no referido cadastro.

Com esse cadastro, tantos os call centers, quanto as empresas contratantes deixarão de gastar tempo e dinheiro com quem não quer ser importunado, e passarão a canalizar seus esforços para quem está realmente aberto a esse tipo de abordagem.

As entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos estão excluídas desta propositura.

O projeto determina que a lei, caso aprovada, seja regulamentada pelo Poder Executivo, a quem incumbirá implantar, manter e disponibilizar o cadastro e estabelecer as sanções administrativas previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 126/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Toda as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, só poderão expedir alvará de funcionamento para parques de diversão, após a vistoria e a devida licença emitida pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ultimamente temos observado notícias e mais notícias pela imprensa do Paraná sobre acidentes graves em parques de diversão no Estado do Paraná. Infelizmente, as estatísticas são alarmantes com grandes números de acidentes com vítimas fatais, tanto que as campanhas de divulgação se multiplicam na mesma proporção dos problemas.

Há uma sociedade completamente assustada e preocupada, temos notícias de mortalidade devastadora nos parques de diversão. Por sua vez, as respostas do sistema repressivo são tênues e lenta em demasia. A impunidade corre solta em todo o Paraná. Este é uma das principais angústias da sociedade paranaense.

É necessário um esforço concentrado para aliviar a pressão exercida pelos acidentes em parques de diversão, razão porque estamos apresentando este projeto de lei, que esperamos seja aprovado por todos as colegas e os colegas deste Parlamento Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 127/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais Doenças Sexualmente Transmissíveis, cuja programação de atividades incluirá ações a serem desenvolvidas nos estabelecimentos públicos de ensino e de saúde, nas repartições públicas, nas penitenciárias e em locais pelas autoridades sanitárias competentes.

Parágrafo Único. A programação terá suas ações voltadas prioritariamente para localidades consideradas de maior risco.

Art. 2º Serão abordados, no decorrer da semana, os seguintes temas referentes à AIDS e às demais doenças sexualmente transmissíveis:

I - descrição do HIV e da AIDS;

II - formas de transmissão do HIV;

III - sinais e sintomas;

IV - medidas preventivas da AIDS;

V - aspectos histórico-sócio-culturais da AIDS;

VI - legislação e recursos assistenciais, governamentais ou não governamentais, no combate à AIDS.

§ 1º O desenvolvimento dos temas enumerados neste artigo será orientado no sentido de combater a discriminação ao portador do vírus da AIDS.

§ 2º No decorrer da Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis, serão realizados testes rápidos para detecção de anticorpos HIV 1/2.

§ 3º Os testes deverão ser feitos por meio de método que permita o acesso a testagem em ambiente fixo ou móveis, médico-hospitalares ou não, objetivando melhor eficácia no atendimento da população, mesmo em locais de difícil acesso.

§ 4º Os testes deverão ser feitos por metodologia que permita à pessoa testada na rede de saúde do Governo do Estado do Paraná obter nesse ato seu resultado preliminar.

§ 5º Os testes deverão ser feitos de forma não invasiva, eliminando-se, assim, todo e qualquer risco de contaminação por material infectante.

Art. 3º Na Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis, deverá ser realizada campanha incluindo, entre outras atividades:

I - promoção de palestras e debates;

II - divulgação educativa por meio da imprensa;

III - divulgação educativa na contracapa dos livros didáticos indicados para alunos do 1º e 2º graus;

IV - confecção e distribuição de impressos relacionados com o objetivo da campanha;

V - exibição e filmes, realização de debates e apresentação de depoimentos;

VI - distribuição gratuita de preservativos e outros insumos indispensáveis à prevenção de danos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, em consonância com a política de redução de danos do Ministério da Saúde, a ser feita por profissionais treinados e vinculados ao serviço público;

VII - orientação às famílias de pessoas contaminadas;

VIII - orientação às gestantes portadoras do vírus da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 4º O Poder Executivo poderá criar comissão multidisciplinar de trabalho constituída por representantes das áreas social, de saúde e de educação, bem como representantes de entidades que atuam na prevenção e no tratamento da AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis, legalmente constituídas e reconhecidas pelo órgão competente de saúde no estado do Paraná, com a atribuição de definir os parâmetros para implementação das medidas definidas nesta lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado, no âmbito de sua competência no Sistema Único de Saúde - SUS, a:

I - criar, nas diretorias regionais de saúde, centros de referência destinados à implementação de medidas profiláticas e diagnósticas para o controle das doenças de que trata esta lei;

II - promover intercâmbio com entidades não governamentais prestadoras de serviço aos portadores das doenças de que trata esta lei;

III - encaminhar os familiares dos portadores do vírus da AIDS aos centros diagnósticos e prestar-lhes acompanhamento.

IV - encaminhar as gestantes portadoras do vírus da AIDS aos serviços de pré-natal e aos hospitais, para assistência ao parto;

V - encaminhar os filhos recém-nascidos de mães portadoras do vírus da AIDS para atendimento especializado;

VI - iniciar campanha para a incorporação de testagem rápida de HIV em hospitais, clínicas e outras unidades de saúde, como parte da rotina na bateria de testes dos pacientes desses estabelecimentos de saúde;

VII - estabelecer aconselhamento e educação sobre práticas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e conscientização da necessária testagem rotineira a cada 6 (seis) meses para as pessoas pertencentes a grupos de comportamento de risco;

VIII - estabelecer eficácia na incorporação de testagem rápida não invasiva para HIV 1/2 aos pacientes

potencialmente contaminantes admitidos em atendimentos de pronto-socorro, salas cirúrgicas ou qualquer outro ambiente médico-hospitalar;

IX - estabelecer eficácia na incorporação mandatória de testagem rápida não invasiva, para HIV 1/2, às gestantes admitidas em trabalho de parto em pronto-socorro, salas cirúrgicas ou outro ambiente médico-hospitalar;

X - estabelecer eficácia na incorporação mandatória de testagem rápida não invasiva para HIV 1/2, aos detentos que derem entrada nas delegacias e presídios do Estado do Paraná.

Art. 6º A Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis de que trata o artigo 1º desta lei será anualmente no decorrer da última semana de novembro.

Parágrafo Único. Nessa data, as repartições públicas promoverão eventos voltados para conscientização sobre a AIDS e as demais sexualmente transmissíveis.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/0/09.

(aa) ALEXANDRE CURI

NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição da Semana Paranaense de Prevenção da AIDS e das DSTs, objetivamos, através da programação de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos públicos de ensino e de saúde, nas repartições públicas e penitenciárias, divulgar, prevenir e esclarecer os diversos temas referentes à AIDS e às DSTs.

Visamos, ainda, combater a discriminação aos portadores de AIDS, através de orientação dos temas neste sentido.

É de fundamental importância pois esta proposição fará com que haja uma maior divulgação e consequente conscientização de um problema tão sério que assola no Estado e todo País.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 128/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Localidade do Barreiro das Frutas - AMBAF, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Localidade do Barreiro das Frutas - AMBAF, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR, tem como finalidade congregar todos os moradores do Barreiro das Frutas, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, opinião, política, origem, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vidas de todos.

Sendo assim, faz-se necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a assistência social e cultural. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres pares desta colenda Casa, ao plano de lei que ora apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 129/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná, tem como finalidade atuar em defesa da segurança e da estabilidade da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social; instituir benefícios de caráter assistencial para atender a necessidades prementes dos associados, observados os critérios definidos no Regimento Interno; promover atividades sociais, artísticas, culturais, desportivas e promover a valorização dos associados e de seus dependentes legais.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a assistência social, cultural e desportiva. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres pares desta colenda Casa, ao plano de lei que ora apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 130/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Sindicato dos Clubes Esportivos, de Cultura Física e

Hípicos do Estado do Paraná - SINDICLUBES, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Clubes Esportivos, de Cultura Física e Hípicos do Estado do Paraná - SINDICLUBES/PR, Associação sem fins lucrativos, fundado aos treze dias do mês de agosto de 1998, com sede e foro no município de Curitiba neste Estado, tem por finalidade coordenar, colaborar, proteger e representar legalmente a categoria econômica dos clubes. Tem como objetivos o estudo, a instrução, o debate, a busca de soluções, a divulgação, a defesa e a coordenação das questões de interesse da categoria econômica que representa a promoção e o desenvolvimento do esporte e da cultura; desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o segmento de clubes, atividades educacionais para a formação de mão de obra qualificada para a gestão das Associações, assim como no desenvolvimento de programas de aprendizagem objetivando a formação de menores aprendizes; proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio artístico, estético, histórico e paisagístico; colaborar com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas que se relacionarem com sua categoria; promover o esporte de participação e de rendimento e a cultura.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para o esporte e a cultura. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres pares desta colenda Casa, ao plano de lei que ora apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 131/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços Vila Guarujá - ASSOCIGUÁ, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços Vila Guarujá - ASSOCIGUÁ, tem como finalidade desenvolver programas de capacitação profissional e geração de renda familiar; desenvolver programas de educação, proteção

e preservação ambiental; organizar atividades de reciclagem e processamento de resíduos; implementar programas de saúde, assistência social, psicológica e pedagógica; promover o voluntariado; formar parcerias com instituições públicas e privadas.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a assistência social e cultural. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres pares desta colenda Casa, ao plano de lei que ora apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 132/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Talento Esportivo no âmbito do Estado, destinado aos praticantes do desporto escolar e de rendimento em modalidades Olímpicas e Paraolímpicas, individuais e coletivas.

Art. 2º O Programa previsto no artigo 1º garantirá apoio financeiro em valor equivalente ao indicado para a categoria do beneficiário, na seguinte conformidade:

I - Estudantil - atletas na faixa etária de 14 (quatorze) a 17 (dezessete) anos, matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas, com resultados expressivos em competições escolares estaduais ou nacionais: R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais);

II - Juniores - atletas na faixa etária de 17 (dezessete) a 21 (vinte e um) anos, com resultados expressivos em nível estadual ou nacional: de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) a R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais);

III - Nacional - atletas na faixa etária de 21 (vinte e um) anos em diante, com participação em seleções nacionais da respectiva modalidade: de R\$ 1.245,00 (mil duzentos e quarenta e cinco reais) a R\$ 1.660,00 (mil seiscentos e sessenta reais);

IV - Internacional - atletas de qualquer faixa etária, com participação em Campeonatos Mundiais ou Jogos Pan-Americanos, Parapan-Americanos, Olímpicos e Paraolímpicos: de R\$ 2.075,00 (dois mil e setenta e cinco reais) a R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais).

§ 1º A inscrição no Programa a que se refere o *caput* deste artigo:

I - depende da vinculação do atleta a entidades esportivas ou órgãos gestores de esporte do Estado e seus Municípios há pelo menos 1 (um) ano, assegurada prioridade aos participantes de eventos incluídos no Calendário Oficial da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

II - poderá ser requerida, observadas as exigências desta lei, pelos atletas inseridos nos Centros de Excelência Esportiva, por intermédio da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

§ 2º A concessão da Bolsa Talento Esportivo não gera qualquer vínculo dos beneficiários com as entidades de administração de desporto ou com a Administração Pública.

Art. 3º Os beneficiários do Programa instituído por esta lei não poderão receber recursos financeiros, com a mesma natureza e finalidades, de outras pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 4º O pedido para a concessão da Bolsa Talento Esportivo será dirigido à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e será avaliado por uma Comissão de Análise, a ser instituída por resolução do Titular da Pasta.

§ 1º A comissão de que trata o *caput* deste artigo será composta por 3 (três) representantes da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e 1 (um) representante das Federações Esportivas do Estado.

§ 2º Os membros da Comissão de Análise serão designados pelo Secretário de Esporte, Lazer e Turismo para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 3º O exercício das funções de membro da Comissão de Análise será considerado como serviço público relevante, vedado o recebimento de qualquer remuneração.

§ 4º A Comissão de Análise poderá convidar para participar dos trabalhos de avaliação o representante da entidade de administração de desporto à qual está vinculado o atleta.

§ 5º O disposto no parágrafo 4º deste artigo não se aplica à categoria estudantil.

§ 6º À Comissão de Análise caberá:

I - elaborar seu regimento interno, que conterá disposições sobre seu funcionamento e atribuições de seus membros;

II - elaborar critérios para avaliação dos pedidos que lhe forem dirigidos;

III - opinar, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre a concessão de benefício ou o indeferimento do pedido;

IV - definir critérios para eventual suspensão ou cancelamento do benefício, a título de penalidade a ser imposta em caso de infração ao disposto nesta lei ou nas demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 5º Os candidatos à concessão da Bolsa Talento Esportivo deverão estar em plena atividade esportiva no âmbito do Estado e apresentarão à Comissão de Análise, sempre que solicitados, os documentos que se fizerem necessários ao enquadramento na respectiva categoria, bem como os documentos emitidos pela entidade de administração de desporto às quais estejam vinculados.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os candidatos enquadrados na categoria estudantil, que deverão apresentar:

I - documento de matrícula emitido pela respectiva instituição de ensino;

II - comprovante de participação nas competições referidas no inciso I do artigo 2º desta lei, especialmente os campeonatos escolares promovidos pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo;

III - outros documentos estabelecidos pela Comissão de Análise.

Art. 6º Os beneficiários do Programa Bolsa Talento Esportivo deverão ser praticantes de modalidades reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Art. 7º A Bolsa Talento Esportivo poderá ser condicionada por um prazo de até 12 (doze) meses, renovável por até igual período, mediante avaliação e manifestação da Comissão prevista no artigo 4º desta lei.

Art. 8º O benefício poderá ser suspenso ou cancelado, por proposta da Comissão de Análise, em caso de infração ao disposto nesta lei e na legislação pertinente.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Trata-se o presente processo de uma proposta de lei para instituir a concessão da Bolsa Atleta no âmbito do Estado do Paraná.

Investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do desporto brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas.

Conforme preceitua a Carta Magna em seu artigo 217 e a Constituição Paulista em seus artigos 264 e seguintes, constituem dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais e apoiar as práticas esportivas formais e não formais.

O Estado do Paraná, atendendo as diretrizes prescritas nesses dispositivos, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

A dinâmica do benefício consiste na inscrição dos pretendentes, sendo a pretensão avaliada por Comissão de Análise designada pelo Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Turismo.

A Bolsa Atleta, dessa forma, é instrumento reclamado há muito tempo pela comunidade esportiva, para preencher uma lacuna existente na formação e aprimoramento daqueles que representam ou irão representar nosso Estado e nosso País, buscando no pódio a afirmação de nossa força.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 133/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto José Galdino de Pontes Filho - Tratamento de Dependência Química, com sede no Município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto José Galdino de Pontes Filho - Tratamento de Dependência Química, com sede na Cidade paranaense de Bandeirantes, realiza uma extraordinária obra social visando recuperar os dependentes em drogas químicas. A recuperação de um dependente é demorada e cara e tem sido possível nesse Instituto pelas bênçãos do Nosso Criador, pela fé, pela arrojada dedicação do seu dirigente, o Pastor José Galdino, carinhosamente chamado pelos fiéis de Pastor Dino, e por alguns poucos recursos da população local. É meritório esse trabalho que, ao longo de sua existência (iniciado vários anos antes do registro do estatuto) já devolveu às suas famílias e à sociedade dezenas de jovens que se libertaram das drogas.

Trata-se, portanto, de um Instituto que merece ser reconhecido como de Utilidade Pública Estadual.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, venho a esta tribuna ressaltar a importância de uma iniciativa que tivemos, em conjunto com o Deputado Cheida e a Deputada Luciana Rafagnin, que ao meu ver trata de uma perspectiva real de termos um programa efetivo que dê sustentabilidade para a merenda orgânica. Um programa que cria condições reais para trabalharmos nas escolas públicas, na medida em que tiveram essa decisão governamental da Secretaria da Educação, para que estimulemos a produção de alimentos orgânicos no Estado do Paraná. O Estado pode ser o fomentador disso.

Este projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. O objetivo dele é que os Prefeitos e o Governador em exercício, ou outros que vierem a suceder o atual Governador, tenham permanentemente uma política para que a merenda escolar seja

orgânica. Isso estimulará o setor de orgânicos e teremos comida de mais qualidade em todo interior do Paraná, nas pequenas propriedades. Isso movimentará o consumo diário de leguminosas, frutas, carnes, induzindo a produção desses alimentos de qualidade. Isso proporcionará, no futuro, que o consumidor, de um modo geral, tenha ainda mais essa opção à sua disposição. Portanto, venho aqui já agradecer. Tenho convicção de que este projeto virá à pauta nos próximos dias.

Muitas pesquisas já têm mostrado que muitos fatores de câncer são em função de agrotóxicos utilizados na produção de alimentos. Os doutores daqui já sabem disso. O Dr. Batista tem esse conhecimento também. Nós caminhamos para um mundo em que os alimentos precisam estar desprovidos, cada vez mais, de agroquímicos. O objetivo deste projeto, de iniciativa do Deputado Cheida, da minha iniciativa e da Deputada Luciana, é fazer com que o Estado fomente cada vez mais a produção de alimentos orgânicos, mas comece trabalhando essa política pública de alimentação orgânica nas escolas.

Tão logo este projeto seja votado por este Parlamento, seja sancionado pelo Governador, é fundamental que haja determinação do Governador para que a Secretaria da Educação trabalhe essa perspectiva real de colocar merenda orgânica, a partir da produção dos produtos orgânicos do nosso produtor rural. Isso fará com que a comida seja de melhor qualidade para os alunos que dependem, muitas vezes, da merenda escolar como uma das principais alimentações.

Outra questão fundamental é o que essa medida pode proporcionar, na medida em que o Governo Federal já determinou que pelo menos 30% do dinheiro que é repassado para os Municípios seja destinado à compra direta da agricultura familiar. Portanto, já vai na esteira no seguinte sentido de que os Prefeitos e o Governador do Estado já podem trabalhar a perspectiva de que, sendo da compra direta, deva ser e possa ser alimento orgânico cultivado dessa forma. É uma forma de estimular, de fomentar e criarmos a cultura da população de alimentos sem agrotóxicos, sem agroquímicos que, com certeza, é muito melhor para a saúde das pessoas.

Seria isso, Sr. Presidente, espero que esse projeto tramite com a maior brevidade possível nesta Casa. Espero que o Governador Roberto Requião implemente esse programa, tornando uma política permanente de alimentação escolar com a merenda orgânica.

Tenho convicção que, lá na ponta, esse projeto gerará emprego, estimulará setores técnicos com tecnologias mais apropriadas para que o pequeno produtor possa produzir alimentos orgânicos e ter a garantia da comercialização através da merenda escolar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. DEPUTADO CHICO NOROESTE

(Lê):

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público presente, paranaenses que nos assistem neste momento.

Ocupo esta tribuna nesta tarde para destacar que propus na Sessão de 17 de março, um requerimento, aprovado por unanimidade nesta Casa de Leis, visando a formação de uma Frente Parlamentar - ampla, participativa e representativa - Pró-Eleição das Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Maravilhas da Natureza.

Considero de suma importância que a Assembleia Legislativa venha somar esforços junto aos brasileiros e argentinos que já formaram um comitê e estão em campanha pela eleição das Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Maravilhas da Natureza.

A escolha significa maior visibilidade, retorno de mídia positiva e gratuita, maior fluxo de turistas e visitantes às já mundialmente conhecidas Cataratas do Iguaçu - o maior destino turístico do Paraná e o terceiro na preferência do turista estrangeiro no País.

O potencial da candidatura pode ser mensurado pelo fluxo de turistas que visitam as cataratas. Em 2008, tanto o lado brasileiro das quedas quanto o lado argentino ultrapassaram a marca de 1 milhão, totalizando mais de 2 milhões de visitantes de todas as partes do mundo - todos eles, eleitores em potencial das cataratas.

O novo título vai ampliar ainda mais o movimento da economia e impulsionar o desenvolvimento para toda região trinacional, Argentina, Brasil e Paraguai. Vale lembrar, aos senhores e senhoras, que o Parque Nacional do Iguaçu, local onde estão as cataratas, já foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

O comitê binacional, formado na fronteira do Brasil e da Argentina, multiplicou a força da campanha pelas famosas quedas.

Dele já fazem parte: ABIH, ACIFI, Câmara de Turismo do Puerto Iguazu (Argentina), Cataratas do Iguaçu S/A, Competence, Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, Corcovado/Rio de Janeiro, Duty Free Shop de Puerto Iguazu, EMTUR de Puerto Iguazu (Argentina), Fundação Parque Tecnológico de ITAIPU, Iemanjá Turismo (Argentina).

E ainda o Iguassu Convention Bureau, Instituto Chico Mendes, Instituto Polo Iguassu, Itaipu Binacional, Municipalidad de Iguazú (Argentina), Parque Nacional de Iguazú, Prefeitura e Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, RPC (TV Cataratas), SEBRAE/PR e Shopping Cataratas.

Já a constituição de uma frente parlamentar, pelo peso político da Assembleia Legislativa, poderá ampliar a campanha por todas as regiões do Estado, multiplicando mais os votos - que podem ser sufragados somente pela internet - através do endereço www.new7wonders.com - pela eleição das Cataratas do Iguaçu, de belezas consagradas em todo Paraná.

Os 54 Deputados, nas constantes visitas às suas bases, poderão levar todo material (folders, adesivos, folhetos, etc) da campanha, confeccionado pelo comitê, e a Assembleia, através de seus noticiosos (site, news letter, TV SINAL) também poderá divulgar a campanha pelas Cataratas do Iguaçu.

Vale destacar que de acordo com levantamento realizado na WTM - a Feira Mundial de Turismo, realizada em Londres de 10 a 13 de novembro de 2008, os Países/atrativos que ganharam como uma das novas maravilhas do mundo tiveram um incremento de 30 a 50% no número de turistas.

Portanto, eleger as Cataratas do Iguaçu significa acréscimo aos índices de visitação, além de tornar cada vez mais internacional o destino turístico do Iguaçu.

A escolha das Novas Sete Maravilhas da Natureza é promovida pela Fundação New 7 Wonders. A eleição está dividida em duas etapas. Na primeira, até 31 de dezembro de 2008, um juri de especialistas selecionou as candidaturas para a segunda fase.

As Cataratas do Iguaçu, por serem um atrativo binacional, foram incluídas para a segunda fase, mas vale destacar que o voto popular influencia os jurados. Para o conhecimento dos senhores e das senhoras, o site da Fundação New 7 Wonders mantém ranking atualizado dos votos populares.

Nesta segunda fase, que começou em janeiro, as maravilhas selecionadas estão submetidas novamente ao voto popular para a etapa final de escolha das Novas Sete Maravilhas da Natureza. As vencedoras devem ser conhecidas em meados 2011, quando serão anunciadas as Sete Maravilhas da Natureza e a única forma de votar é pela internet, no endereço www.new7wonders.com ou no www.votecataratas.com - site criado pelo comitê já existente.

Nesta eleição, o Brasil tem quatro fortes concorrentes: Cataratas do Iguaçu, rio Amazonas, Fernando de Noronha e Monte Roraima.

No caso das candidatas nacionais haverá, em primeiro lugar, uma disputa interna para que haja a escolha de apenas um atrativo turístico em cada País.

A divulgação da candidatura das Cataratas do Iguaçu teve início com a criação de um site na internet, incluindo domínios de entrada também em inglês e espanhol. No site www.votecataratas.com, o visitante recebe orientações de como votar nas Cataratas do Iguaçu em oito idiomas: português, inglês, espanhol, italiano, francês, alemão, japonês e chinês.

A página contém ferramenta para votação, posição no ranking e conteúdos como a história das cataratas, vídeos e fotos, notícias, informações sobre como visitar, além de depoimentos de personalidades como Bill Clinton e Francis Ford Coppola.

Como se trata de uma campanha eleitoral, devemos nos mobilizar para viabilizar o nosso objetivo - eleger as cataratas como uma das Sete Maravilhas da Natureza.

É por isso que considero fundamental a participação da Assembleia Legislativa nesse processo todo, para que se estabeleça uma relação de militância, de participação ativa

das lideranças e da comunidade paranaense para angariar votos por todo Estado, do público visitante e da rede de contatos de cada "cabo eleitoral".

Para finalizar, também considero fundamental que a campanha mostre à comunidade a importância da conquista do título de Maravilha da Natureza. O sucesso nesta eleição certamente vai gerar desenvolvimento econômico para toda a região através do turismo. O tom de voz para este público tem que ser: "Tenha orgulho de uma Maravilha da Natureza que faz parte da sua vida. Vote e angarie votos, a causa também é sua".

É preciso também estabelecer uma ligação emocional com os visitantes das Cataratas do Iguaçu. Eles podem ser eleitores e também multiplicadores da nossa candidatura. Devemos mostrar aos turistas e visitantes o firme propósito do Estado e o nosso empenho em fazer das Cataratas uma das Maravilhas da Natureza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o requerimento que apresentamos aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado por unanimidade, e com este pronunciamento estamos atendendo a Cidade de Foz do Iguaçu, a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai, e a Argentina, que lá, como já falei, constituíram um comitê, onde estão trabalhando há tempopara que as Cataratas do Iguaçu sejam efetivamente classificadas e escolhidas entre as Sete Maravilhas da Natureza.

O trabalho dos Deputados Estaduais é importante nas suas bases e certamente vem ampliar e fortalecer o trabalho que já vem sendo desenvolvido, multiplicando assim os votos para que as nossas Cataratas do Iguaçu sejam efetivamente escolhidas, o que vem beneficiar a Cidade de Foz do Iguaçu. Aliás não só a Cidade, mas também o Estado do Paraná, e porque não dizer o nosso País. Todos vocês estão informados, sabem que as Cataratas do Iguaçu são hoje o terceiro destino mais visitado do País. No ano passado, 1 milhão, 154 mil visitantes, turistas, visitaram as Cataratas do Iguaçu. Isso vem ao encontro, com o desenvolvimento da principal atividade econômica de Foz do Iguaçu que é o turismo.

Portanto, na sequência, vamos procurar à Mesa, o Sr. Presidente, para que esta Frente Parlamentar seja formada e que possamos juntos fazer um trabalho, somando esforços para que as Cataratas figurem entre as Sete Maravilhas da Natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna nesta tarde para pedir o apoio deste requerimento que estou fazendo ao Governador Roberto Requião, para que esses ônibus que serão entregues tenham a identificação dos Municípios que estarão recebendo, em comodato, esses ônibus.

Tenho certeza que esses ônibus poderão ter outra finalidade que não do transporte escolar. Com esse requerimento, que os nomes dos Municípios estejam marcados nos ônibus, com certeza a população daquele Município poderá fiscalizar o verdadeiro serviço, a operacionalidade desses ônibus que serão para o transporte escolar.

Por isso, quero pedir ao Líder do Governo que aprove também esse requerimento, para que tenhamos então a identificação dos ônibus escolares.

Era essa a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta última semana, participamos de uma reunião importantíssima no Município de Castro, patrocinada e organizada pela Federação da Agricultura no Estado do Paraná, onde se discutiu a reforma que irá acontecer no Código Florestal, hoje rebatizado de Código Ambiental. Mudanças importantes serão feitas no Código, onde os produtores rurais do Paraná e do nosso País estão se mobilizando para poder levar a vontade do segmento produtivo, do segmento agrícola, pecuário do nosso Estado, para que tenhamos uma lei florestal equilibrada, que possa servir a questão ambiental, a proteção ambiental, ao mesmo tempo que a lei possa proteger e dar condições para que a agricultura do nosso Estado possa continuar avançando, produzindo mais alimentos dentro da preservação do meio ambiente.

E dentro do debate com mais de 700 produtores rurais que estavam lá no Município de Castro, no teatro daquele Município, onde Deputados Federais do nosso Estado lá participaram, trouxeram ao debate a questão da reserva legal, da compensação da reserva legal em propriedades que hoje não têm os 20% da reserva e vão buscar em outras regiões, dentro dos mesmos Municípios, condições para comprar uma área, para que ela seja preservada e compensada pela necessidade que têm determinadas propriedades de apresentar os 20% de reserva legal, para que possa ser averbada de acordo com aquilo que a legislação exige.

E lá eu falei, e quero deixar aqui registrado, Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição nesta Casa, que no ano de 2006 mudanças na legislação foram feitas aqui na Assembleia Legislativa do Paraná e foi alterado, dando uma maior condição do proprietário rural poder resolver a questão ambiental em sua propriedade. E as mudanças permitiram que a compensação de áreas possam ser feitas dentro do mesmo Município ou na mesma bacia hidrográfica, ou na mesma área da região administrativa dos órgãos ambientais.

Antigamente a lei dizia que era permitido fazer a compensação só na mesma bacia hidrográfica. Uma emenda que foi apresentada na Casa e teve a minha assinatura, Deputado Rusch, permitiu que fosse ampliada a área de compensação. Repito, sendo que a partir da aprovação e a modificação da lei é possível adquirir áreas dentro do mesmo Município, dentro da mesma bacia hidrográfica, ou, repito, na mesma área ou região administrativa dos órgãos ambientais. Isto facilitou para que as propriedades produtivas do nosso Estado do Paraná, se não a pequena, a média ou a grande propriedade, possa resolver e se enquadrar na legislação, buscando a reserva legal, não na mesma área, mas em áreas dentro do mesmo Município, dentro desses itens aqui que citamos.

Então, a partir do dia de hoje, estou encaminhando uma cópia dessa lei a todos os produtores rurais que se fizeram presentes o Município de Castro digo, produtores de Ponta Grossa, Tibagi, Castro, Palmeiras, Teixeira Soares, Piraí do Sul, Jaguariaíva, enfim, produtores da região dos Campos Gerais, onde o debate foi amplo, aberto, todos puderam manifestar-se e levando sugestões aos Deputados Federais que lá estavam para que possam interceder na reforma do Código Ambiental lá em Brasília, para que tenhamos uma legislação ambiental equilibrada, que possa tornar possível produzir alimentos e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Tem se propagado aos quatro deste País, nos últimos dias, um programa que, na nossa concepção, tem um único objetivo a nível nacional e que na nossa leitura, o Presidente da República o escolhe como um dos principais programas a fazer uma verdadeira revolução no setor de moradia deste Brasil.

Entendo que realmente as necessidades para suprirmos a carência de moradias, de habitações neste País, realmente é enorme o número de famílias que necessitam de um lar, de uma residência para dar o amparo necessário, a guarida necessária à sua família. É elementar e fundamental que os Governos pensem dessa forma, até propiciando com isso a igualdade social, criando desta forma e oportunizando a possibilidade de darmos a todas as famílias brasileiras a condição de ter o seu lar.

Mas, uso a tribuna, Srs. Deputados, com o objetivo de enaltecer até o programa, mas ao tempo que enalteço faço aqui algumas considerações e algumas críticas, que entendo serem extremamente necessárias para que possamos corrigir o curso desse programa.

Ouçõ um clamor nacional, até por parte de inúmeros Deputados Federais que já se manifestaram, Senadores. Assisto à noite a TV Senado, o Congresso Nacional. E a política que o Governo Federal implementa para construção de casas e de novas moradias neste Brasil, beneficia apenas os grandes. Em contrapartida, penaliza os pequenos.

Vejo dessa forma como uma política errônea, como uma política inócua. Porque na nossa visão, o Presidente da República, com um programa dessa magnitude, deveria contemplar o Brasil como um todo. Porque os grandes problemas, na verdade, estão os pequenos Municípios, onde há uma carência enorme, com certeza uma deficiência enorme de habitação.

Reconhecemos, sim, que nas grandes Cidades, que nos centros, os problemas são maiores do que nas pequenas Cidades, mas não podemos discriminar a ação administrativa na proporcionalidade de um grande Município e de um pequeno Município. Os problemas são iguais. Talvez possamos ter nas grandes Cidades problemas com proporções maiores, e problemas com proporções menores nos pequenos Municípios. Mas as necessidades são iguais na área de habitação. Por isso, entendo que tenhamos que fazer, quem sabe, uma ação imediata por parte do Governador, das Assembleias Legislativas do Congresso Nacional, de uma força, de um movimento a sociedade no sentido de fazer com que o Governo tome um novo rumo nesse programa, que beneficie e contemple os pequenos Municípios deste País. Porque da forma como está implementado, vamos atender apenas os grandes, aqueles que, na verdade, não têm tanta necessidade como têm os pequenos Municípios.

Contribui para o crescimento deste País. Contribui para o PIB brasileiro, desde o mais ínfimo Município do País, como o grande Município da Confederação. Por isso, não podemos discriminá-los, jogar nas costas dos Prefeitos, das pequenas colunas, a responsabilidade de terem que arcar com o compromisso de construir casas nas suas Cidades sem a ajuda do Governo Federal e do próprio Governo Estadual.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Faço esse discurso exatamente no sentido de alertar as nossas autoridades governamentais, até porque entendo que é muito fácil falarmos em números, Deputado Dobrandino. Quando se anuncia 1 milhão de casas para o Brasil, é algo realmente extraordinário, que em termos de mídia não há como mensurar tamanho da notícia e cria-se no seio da sociedade brasileira uma motivação que, às vezes, frustra a expectativa da nossa gente, porque há quem vá contar 1 milhão de casas neste País.

Os governantes usam muito isso como retórica de discurso, mas que na verdade, na maioria das vezes não acontece e acaba consolidando suas propostas políticas, chegam a avançar na condução das campanhas eleitorais em cima de afirmações que, na verdade, não passam de um verdadeiro engodo.

Por isso, acho que é oportuno fazermos, aqui, estas considerações, porque já vamos nos deparar com uma campanha eleitoral neste País. E vejo isto como uma grande plataforma, de um discurso que começa a ser construído, para dar sustentabilidade à candidatura à Presidência da República da nossa Ministra Dilma Rousseff.

Gostaria, sim, de ver que este programa pudesse acontecer no nosso País. Mas, com o devido respeito ao brasileiro, aquele que contribui com seus impostos, que muitas vezes no anonimato ele não existe, mas que até nele chegasse o benefício da construção destas moradias, que infelizmente, na nossa leitura, não vai acontecer.

Por isso é importante que façamos esta reflexão. Todos nós, juntos. Não quero fazer um discurso de Oposição, da crítica pela crítica, do ataque contundente. Não é isto que pretendo neste momento. Mas, quero sim, fazer uma crítica construtiva, além de defender os pequenos Municípios, até porque sou municipalista, como a grande maioria dos Srs. Deputados é. Eu nasci politicamente em um Município de apenas 15 mil votos ou 15 mil habitantes. Conheço a realidade, as dificuldades dos pequenos Municípios e que agora estão à mercê da falta de atendimento do Governo Federal com relação ao programa que implementam a partir de agora.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Imagino que V. Exa., está torcendo para que isto aconteça, 1 milhão de casas populares. Sabemos que o déficit no Brasil realmente é muito grande. Mas, vi um depoimento de um economista lá em Foz do Iguaçu, semana passada, no Congresso, ele dizia que nos últimos 14 anos foram construídas no Brasil 500 mil casas populares. E agora o Presidente da República anuncia 1 milhão de casas em menos de dois anos. O tempo do mandato dele. Ele diz isso e todos sabem que é uma propaganda enganosa. E o Presidente faz, na verdade, um alarde enorme, vai investir 16 bilhões do Governo em casas populares. Ele diz que se existisse 10% do juro da dívida no ano, o Brasil paga, hoje, 160 bilhões de juros da dívida pública.

Na verdade, então, ontem vimos, com tristeza, um Senador da República falando que o Presidente da República ultimamente transformou-se de um Presidente da República num cabo eleitoral da Ministra Dilma Rousseff. E é devido a estas contradições que nos estressamos. O Brasil, na verdade, passa por uma fase difícil, mas não é só o Brasil, é a crise globalizada lá fora. Mas agora estamos vendo, estão sendo penalizadas as Prefeituras e o Governo do Estado não vai fazer nada. Um corte enorme, agora, no Ministério da Agricultura, que é o carro chefe da economia brasileira. Aí eu pergunto: aonde vamos chegar?

Parabenizo V. Exa. pelo discurso.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

V. Exa. tem toda razão quando afirma que o Presidente da República, com o devido respeito, e acho que temos que enaltecer a figura do Presidente até pela sua história construída lá na base, no seio da sociedade com as pessoas mais humildes, mais simples. E ele, realmente, se torna agora o grande cabo eleitoral da nossa Ministra Dilma. Mas, vejo com preocupação, até porque ele pode estar dando um tiro no próprio pé, traindo aqueles que historicamente foram os grandes alavancadores da sua caminhada política, da construção da sua história política neste País.

Os números são impraticáveis. Historicamente o Brasil nunca viveu um programa como esse que estão anunciando. Portanto, é uma mera retórica. Torço para que realmente possa acontecer a execução desse projeto. Não posso compreender, em um momento de crise globalizada, onde a receita de todos os Municípios do Brasil caiu violentamente nos últimos quatro meses, a própria receita da União está caindo e neste mês fechou com déficit, não posso compreender de onde vão retirar esses recursos para a execução desse programa. Torço para que isso ocorra, mas que contemple, sim, todos os Municípios brasileiros, para que possamos trabalhar dentro do espírito que sempre o Presidente da República procurou usar como sua plataforma maior de discurso, que é a igualdade de condições.

É isso que espero e quero crer que todos nós que aqui estamos também embrenhados nessa luta de esperar que esse programa possa acontecer, mas com apenas um ano e tanto para concluir o Governo é muito difícil acreditarmos em um programa da magnitude dessa natureza, até porque o tempo é exíguo, entendemos que existe toda a burocracia neste Brasil, não há onde buscar esses recursos, mas prefiro acreditar, porque torço pelo Brasil, independente da cor política, independente da posição política eu torço pelo Brasil, reconheço os avanços do Governo Federal em algumas áreas, mas temos que dizer aqui, em alto e bom som, que é impossível praticar um programa dessa natureza em um momento de tamanha crise globalizada implantada neste País.

Espero que se tome as providências necessárias, que se o programa realmente for acontecer, não desse tamanho, mas de uma forma reduzida, que se atenda, sim, não só as grandes Cidades, não só os grandes centros, mas que se contemple também os pequenos Municípios, que estão sofrendo com essa queda de arrecadação, fruto da crise que o Presidente da República afirmava ser uma pequena marola. Marola não sei onde! Ser uma coisa passageira, que os homens dos olhos azuis criaram a crise no mundo e que não temos a responsabilidade de pagar a conta. Acho de uma tamanha irresponsabilidade uma afirmação dessa natureza, apesar de no curso dos dois tentarem desmistificar a afirmação do Presidente da República, mas não posso, de forma alguma conceber um

homem investido do mando de Presidente da República, responsável por toda e qualquer declaração, fazer uma afirmação dessa natureza, sob pena de comprometer toda a sua história neste País.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Obrigado.

Veja só, os conceitos básicos de economia dizem que para intervir, para gerar emprego rápido, a melhor forma é retirar impostos da construção civil e estimular programas nesse sentido. Oxalá os Governadores da República, os Prefeitos se preparem, porque existe uma Comissão Permanente criada pelo Presidente da República para conseguir executar. Se der para construir 1 milhão, melhor ainda, mas se não atingir, não depende apenas do Presidente. O que se sabe, o que se tem claro, é que inclusive o Berlusconi, que é um Chefe de Estado na Europa, tomou a medida depois que o Lula tomou, para expandir em pelo 20% a mais as construções das casa e dos prédios daquele País. Essa medida tem um conceito básico de intervenção do Estado na economia para gerar emprego e garantir a segurança. É um resultado mais rápido, é uma forma de agir rapidamente para se gerar emprego, porque quando alguém sai de setores da alimentação, por exemplo, eles podem ser acomodados na construção civil. Isso acontece no mundo, é uma decisão acertada e esperamos que se consiga amenizar o déficit habitacional no País.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não condeno a atitude do Presidente Lula, até porque acho que, neste momento, tem que se buscar alternativas para minimizar os efeitos da crise. O que não aceito é o tamanho da notícia, porque ela é inverídica. Não se pode falar em 1 milhão de casas. Sabemos que é impossível esse número acontecer. Isso é um discurso político. Neste momento temos que ter uma racionalidade. É muito prudente que as autoridades tenham responsabilidade no que vão falar, sob pena de induzir a nossa população a determinados conceitos que possam não acontecer e se frustrarem na continuidade. É nessa linha de raciocínio que temos que pensar e agir.

Por isso, chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para fazermos manifestações aqui, mandarmos expedientes para o Presidente Lula, Ministros, Senadores, Parlamentares Federais, que se realmente acontecer esse programa, que contemple os nossos Municípios, pois sofremos juntos com os Srs. Prefeitos, sabemos o quão difícil está governar neste momento, a vida nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência elogia o discurso do Deputado Ademar Traiano, porque faremos a migração das Cidades do interior para a Capital, enchendo as favelas.

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A crise, parece que a cada hora está agravando. De um lado é boa a política do Governo Federal na questão do IPI sobre os automóveis. O povo está comprando automóvel. Mas está afetando os caixas das Prefeituras de todo o Brasil, de tal maneira que é provável que 80% das Prefeituras do Brasil vão ter problema de caixa para pagar o salário dos seus servidores municipais. Em mais de 4 mil Prefeituras, em função da queda do fundo de participação, em função até de isenções que o Governo Federal está dando, vai faltar dinheiro, sim, para mais de 4 mil Prefeitos poderem pagar o salário do mês dos seus servidores. Vai faltar dinheiro também para colocar médico, enfermeiro, remédio no posto de saúde, para fazer as obras sociais, a escola, a creche, para fazer as obras públicas que a Cidade necessita, deixar a Cidade embelezada, porque se a Cidade estiver mal cuidada reflete, substancialmente, na popularidade de cada Prefeito Municipal.

Eu estava vendo, agora pouco, que a produção industrial no Brasil, em janeiro e fevereiro, teve uma oscilação de 1.8. É pequeno? É pequeno. Entretanto, fazendo um comparativo com o semestre passado, a queda é superior a 17%. Então, se a indústria está produzindo pouco, não precisa nem dizer que o industrial está passando apertado mais ainda. É possível que esteja fazendo cortes no seu quadro de funcionários. Se a indústria está produzindo pouco e o comércio, automaticamente também está vendendo pouco, o balconista está ganhando menos dinheiro.

Quer dizer, crise não é bom para ninguém. Não é bom para quem está no Legislativo, não é bom para quem está no Executivo, não é bom para os empresários, não é bom para a classe trabalhadora. Temos que pedir a Deus que abençoe as autoridades, os empresários e a classe trabalhadora, e que o nosso País consiga superar logo este momento difícil que está afetando a economia em quase todo o planeta Terra.

Presidente Antonio Anibelli, o Presidente Lula anunciou que vai construir, ainda que não seja totalmente no seu Governo 1 milhão de novas moradias populares. Nota 10 para o Presidente Lula.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Deputado Elio Rusch, o Governo mandando construir moradia, ainda que não sejam todas edificadas no Governo Lula, nota 10 para o Presidente Lula, porque à medida que você incrementa o programa habitacional, o engenheiro, o arquiteto, o dono da fábrica de cimento, o dono da olaria que fabrica o tijolo, o pessoal que trabalha com cal, com areia, os operários, a transportadora que vai transportar esse material até a obra todos vão ganhar

dinheiro. Muitas vezes é contratada a parte de jardinagem para os conjuntos habitacionais. Então, quando há obras é bom para todo mundo.

Só na minha Cidade de Londrina, como Prefeito, conseguimos construir habitações - para tirar do pesado fardo que é o aluguel - para 160 mil pessoas, que moram nesses conjuntos habitacionais.

Tenho que ressaltar aqui meu grande amigo Genar Barreto e o Luiz Antônio Velloso de Souza. Quando o Luiz Antônio Velloso de Souza estava no BNH, com o Genar, as portas se escancararam, se abriram, não só para Londrina, mas para todo Paraná. Foi com muita competência, com muita dignidade, com muita seriedade, com muita garra, que Luiz Antônio Velloso de Souza, que é filho do saudoso Governador Parigot de Souza, tendo ali a assessoria do Genar e de uma grande equipe de assessores, que pudemos alavancar a construção habitacional na minha Cidade de Londrina. Outras Cidades, enfim, o Paraná inteiro foi contemplado.

Enalteço aqui, registro essa homenagem a esse grande cidadão Luiz Antônio Velloso de Souza, e também ao meu querido amigo Genar, que me deram todo apoio. Eu era Prefeito da Oposição, mas as portas estavam sempre abertas. Os projetos que apresentávamos, que eram viáveis, eram todos acolhidos e, hoje, tem muita gente, 160 mil pessoas que estão morando nas habitações que edificamos na Cidade de Londrina, com os recursos que obtivemos no extinto BNH.

Agora, se de um lado temos que elogiar o Presidente Lula por 1 milhão de novas moradias, se de um lado é bom um programa habitacional de 1 milhão de casas, por outro lado, uma crítica uma restrição, até um apelo à Bancada do PT, que está aqui nesta Casa, sempre atenciosa, encaminhando para Brasília, relatando as atividades do Presidente Lula, no sentido de que há equívoco, há um erro drástico, violento, do Presidente Lula em querer mandar construir casas apenas em Cidades com mais de 50 mil habitantes. Esse é um tratamento desigual. Onde é que está a isonomia? O Brasil é uma Pátria como um todo, são quase 6 mil Municípios, não podemos dar privilégios para Municípios grandes em detrimento do pequeno Município.

Disse bem o Ademar Traiano, V. Exa., colocou muito bem, se você vai construir casas apenas nas Cidades grandes, o que vai acontecer? O cidadão, não tendo a sua casinha para morar no pequeno Município, ele vai migrar para Curitiba, para Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Guarapuava, para os grandes centros urbanos atrás de emprego, atrás de tratamento médico e, acima de tudo, porque ele vai alimentar a esperança de que na Cidade grande ele vai conseguir comprar a sua casa própria para poder dar abrigo, dar tranquilidade à sua família.

Então, queremos nos associar a esse pronunciamento do Deputado Ademar Traiano, foi muito feliz V. Exa. É importante que o Presidente Lula seja o Presidente de todo o Brasil, da Cidade grande, da Cidade de

porte médio, mas também do pequeno Município, sim. É fundamental para não termos um inchaço ainda maior nas Cidades de porte médio, nas Cidades de porte grande, como estamos vendo hoje. É uma panela que vai indo e acaba explodindo, porque também na Cidade grande não tem infraestrutura para todo mundo, não tem emprego, falta muita coisa para quem é pobre, evidente e infelizmente; para o rico, na Cidade grande, não falta nada.

Então, nobre colega Ademar Traiano, nós tivemos o apoio do BHN, apoio total, do saudoso Ministro Mário Andreazza e de vários dirigentes do BNH em nível nacional, do Luiz Antônio de Souza, do Genar, o apoio total e absoluto para implantarmos em Londrina um dos maiores programas habitacionais. Nos cinco conjuntos, por exemplo, Deputado Rossoni, tem asfalto, escola, creche, bancos, hospital indústria, ginásio de esportes, piscina à disposição dos mutuários. Esses conjuntos são quase equivalentes a uma Cidade independente, graças a esse apoio que tivemos para viabilizar esse programa habitacional em Londrina. E pela experiência que passamos na nossa Cidade e para evitar uma explosão cada vez maior de uma densidade populacional que as grandes Cidades e que as Cidades de porte médio não têm condições de suportar, é que pregamos aqui, neste momento, dando os parabéns para o Governo do Lula. Toda e qualquer obra social que ele fizer tem o apoio e que faça também a edificação da casa própria para quem ainda paga aluguel, mas que, acima de tudo, esses conjuntos habitacionais sejam nas Cidades grandes, de porte médio, e nas pequenas Cidades.

Eu posso, aparentemente, aqui, estar fazendo um pronunciamento que alguém não vai entender, porque a minha base eleitoral é Londrina. Dentro da visão do Lula, Londrina vai ser premiada - Deputado Romanelli, V. Exa. que tem uma grande experiência na COHAPAR - em princípio, Londrina vai ser contemplada, Curitiba. Mas não é porque a nossa Cidade vai ser atendida que vamos nos esquecer aqui que os moradores dos pequenos Municípios também são filhos de Deus, também são brasileiros, que merecem ter uma condição digna de moradia.

E, para terminar, lembrando que está em vigor a partir de hoje aquela famosa lei que foi votada nesta Casa, a reforma tributária, que se for cumprida ao pé da letra, infelizmente, alguns segmentos que vão sofrer aumento, como a própria conta de luz, do combustível, esta lei aprovada aqui, na minha ótica, sentimento e posição como Parlamentar, foi visando dar abatimento e redução de impostos para os grandes proprietários de supermercados do Paraná. O objetivo da lei é para que eles remarquem os preços dos produtos, nos alimentos que estão nas prateleiras, nas gôndolas de seus supermercados. A lei que aprovamos é para os proprietários de supermercados remarcarem o preço do alimento, não para cima. Agora que aprovamos e que entrou em vigor essa lei, que eles tenham dignidade e respeito, sejam fiéis cumpridores da lei que foi aprovada por esta Casa e reduzam o preço da comida, baixem o preço dos alimentos.

Cabe a todo cidadão, a partir de hoje, ficar de olho no dono de cada supermercado. Se houver algum supermercado, seja ele pequeno, médio ou grande, que usufrua desta lei para encher o seu bolso com mais dinheiro e não transfira os benefícios para os consumidores baixando o preço dos alimentos, por favor, paranaense, tem na tela do seu televisor o nosso e-mail, mande para nós a denúncia. Cada supermercado que não baixar o preço da comida, do alimento, seja quem for o proprietário, pode ser dono de grande rede, vamos arrumar uma briga, uma inimizade, porque vamos combatê-lo e denunciar desta tribuna, quem for mau brasileiro, mau paranaense, por não transferir os benefícios da lei que aprovamos. Se eles vão pagar menos impostos a partir de hoje, têm obrigação de usar a maquininha para remarcar o preço da comida para baixo, deixando mais comida para o nosso povo paranaense.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ontem, pedi a inscrição para falar no horário do Grande Expediente, para abordar um tema que, na minha avaliação, é absolutamente fundamental na vida das pessoas, que é a moradia.

Falo na condição de ter sido, por duas vezes, Secretário da Política Habitacional do Paraná, Presidente da nossa Companhia de Habitação do Paraná, ter integrado o Conselho das Cidades, representando a Região Sul e a diretoria do Fórum dos Secretários de Habitação do nosso País, por ter participado do Fórum da Reforma Urbana, de ter integrado a diretoria da Associação Brasileira de COHABs e Assemelhados, no sentido de dizer que é muito positivo o plano lançado pelo Governo do Presidente Lula. Mas esse plano precisa ser aperfeiçoado, sob o risco de excluirmos a grande maioria dos Municípios e das populações dos Municípios brasileiros.

Dos 5 mil 562 Municípios que temos no nosso País, mais de 5 mil serão excluídos da política habitacional. Mais grave ainda no Estado do Paraná, teremos seguramente a grande e imensa maioria dos Municípios excluídos, porque o Programa A Minha Casa, A Minha Vida, que foi lançado pelo Governo Federal na semana passada, é um programa que tem como foco atender a população que ganha de zero até seis salários-mínimos. Mas, o que acontece? A abrangência do programa está focada em Municípios com mais de 100 mil habitantes como regra. E no Paraná temos apenas 12 Municípios com mais de 100 mil habitantes. E especialmente, ou na exceção, atender Municípios entre 50 e 100 mil habitantes.

Os Municípios paranaenses com menos de 50 mil habitantes estão excluídos do programa de construção e 1 milhão de casas, lançado pelo Governo Federal. E faço esse alerta porque falei ontem ainda, na Escola de Governo, e disse da minha preocupação. Mais ainda estão excluídos como agentes promotores, as COHABs ou assemelhadas; as agências de habitação; as Secretarias de Habitação do Paraná e do Brasil inteiro; está excluída a COHAB de Curitiba, de Londrina, a COHAPAR, porque o foco desse programa é para atender as construtoras. As construtoras é que são as destinatárias do programa. Na minha avaliação, o programa foi feito para beneficiar o setor da construção civil. E claro, isso é muito positivo, gera empregos, aquece a economia, cria um ambiente positivo num momento de crise e retração. Mas não é possível excluir e deixar de lado tudo aquilo que vem sendo feito com grande esforço pelos Municípios e pelos Estados.

Nos anos 90, denunciei com veemência um programa muito parecido com esse, embora não possa comparar o efeito daquilo que aconteceu nos anos Collor com isso. Muito pelo contrário. Aqui há um limitador, uma casa definida de 35 metros com preço de R\$ 40 mil. Não dá para falar que uma casa de 35 metros, com preços de R\$ 40 mil, vai estar superfaturada. De maneira nenhuma. Diferente do que aconteceu nos anos Collor. Mas, quando passa dos três salários-mínimos, já não sabemos qual a tipologia da casa e nem o preço. Abre-se o leque. Isso aqui funciona assim: o Município vai fornecer o terreno, e a construtora faz o projeto e executa a obra. E faz depois o desligamento na comercialização do imóvel. A Caixa Econômica faz o financiamento. As construtoras, elas que vão efetivamente fazer esse programa habitacional.

A minha preocupação é que tudo aquilo que os Estados vêm fazendo, desde o Estado mais rico de São Paulo, que tem unidades já licitadas, e podia, se o Governo Federal alavancasse, fazer 30, 40, 50 mil unidades habitacionais, como os Municípios paranaenses, temos mais de 15 mil áreas, terrenos, unidades que poderiam ser começadas em menos de 30 dias. Só fazer a pesquisa de demanda, o cadastro dos beneficiários, e efetivamente começar a obra pelo sistema construtivo que a COHAPAR já tem, que é o sistema de gestão comunitária. Mas não, pelo programa atual está excluída a COHAPAR. Por que está excluída? Porque tem que passar a construtora pela análise de risco da Caixa Econômica Federal.

E a COHAPAR tem atuado, fizemos o PHAR em Apucarana, e passando, ultrapassando os limites, as dificuldades, mas da forma como está redigido e que eu li aqui, quero dizer o seguinte: eu passei boa parte do meu final de semana lendo e estudando a cartilha que, na verdade, são as instruções normativas gerais que não são as mais detalhadas, mas são as gerais ditas pela Caixa.

Ontem eu falava aqui para a Deputada Luciana Rafagnin sobre o Programa de Habitação Rural, que ficou rigorosamente excluído, porque ficou só com os recursos

do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, que só tem, na verdade, R\$ 500 milhões, o que é absolutamente nada quando estamos falando de política habitacional para o Brasil inteiro para um programa, por exemplo, de habitação rural.

Então, entendo que é muito grave.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, está aí um tema que concordamos com V. Exa. V. Exa. é a pessoa mais preparada, com todo o respeito aos demais nesta Casa, para falar deste tema, pois foi Presidente da COHAPAR por duas vezes.

Infelizmente este projeto do Governo Federal, não sei como foi composto, eu vi na mídia reunião com alguns Governadores, mas até gostaria de saber se V. Exa. foi algum dia convidado pelo Governo Federal para discutir e dar sugestões para implantar um projeto destes, porque na minha região, V. Exa. conhece alguns Municípios de lá, se for com 100 mil habitantes e acima, nenhum Município, dos 25, será atendido por este projeto do Governo Federal. No entanto, a notícia veiculada pela Globo ontem, aquele marketing do Governo Federal já chegou em todos os Municípios ontem. Então, é uma coisa que não dá para concordar, realmente.

V. Exa. está com a razão. V. Exa. está de parabéns neste pronunciamento sobre a questão desse programa do Governo Federal que não vai atingir a população brasileira.

Estou enxergando mais marketing do que efetividade. Deveria fazer marketing, sim, mas depois que as pessoas estivessem morando nas suas casa. Pode até aproveitar e entrevistar as pessoas lá nas casas, mas agora não.

Ontem o Governo Federal soltou uma mídia na Globo, horário nobre, falando desse programa de 1 milhão de casas e até agora não foi construída nenhuma casa e já está gastando dinheiro público em mídia. Então, o Governo Federal que me desculpe, mas está na hora de começar a trabalhar efetivamente e dar resultado, dar casas para as pessoas morarem.

E V. Exa. está com a razão. Parabéns.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço e quero dizer a V. Exa. o seguinte: o Governo Federal até pode mesmo fazer, eu vi também esta propaganda e quero dizer a V. Exa. o seguinte: o Governo Federal tem todos os motivos do mundo para fazer propaganda de habitação do que ele já fez, que já fez muito. Nenhum Governo, antes, fez tanto quanto fez o Governo do Presidente Lula.

Mas, quero dizer o seguinte: eu concordo com V. Exa. Vivemos divergindo, mas quando eu vi o comercial de ontem, eu também, sinceramente, fiquei frustrado, porque o programa foi anunciado, vai ser lançado no dia 13 de abril e, de fato, já aparecem as pessoas como se fossem beneficiadas do programa.

Entendo que o Governo tem que manter, de fato, a autoestima, manter elevado este clima para a população ter ânimo, enfrentar a crise. Acho que isso é importante, acho que o Governo Federal tem uma estratégia de comunicação, não é à toa que o Presidente Lula tem conseguido manter os altos índices, e mais do que tudo, o Presidente Lula é um animador deste País. Acho que o governante moderno tem esta característica.

Agora, uma coisa eu tenho que concordar: é muito preocupante, porque as pessoas que moram em Cidades com menos de 50 mil habitantes, olha o exemplo da Campo Mourão: temos 90 mil habitantes, portanto está excluída Campo Mourão. Ela poderá ter em função - eu leio aqui, literalmente, para que ninguém depois venha me dizer que estou aqui falando alguma coisa, sendo leve sobre um tema - a abrangência, diz aqui. Capitais e respectivas Regiões Metropolitanas, Municípios com mais de 100 mil habitantes, podendo contemplar, em condições especiais, Municípios entre 50 e 100 mil habitantes, de acordo com seu déficit habitacional.

Então, sabemos que esse tema, na verdade, é de uma subjetividade muito grande, porque os projetos virão do Brasil inteiro. As grandes empreiteiras já se mobilizaram. Ainda hoje pela manhã eu tive notícia que uma empreiteira, a OAS está procurando terreno aqui em Curitiba e na Região Metropolitana, para fazer casas. Serão lotes de 500 casas, serão prédios de, no mínimo, 250 apartamentos.

O programa é bom? É claro que é bom, ele é positivo. O importante do programa é que gera emprego, gera renda, aquece o mercado da construção civil. Mas, ao mesmo tempo não podemos excluir, no nosso caso paranaense, os pequenos e médios Municípios.

Olha, eu vejo o exemplo de Cornélio Procopio, que tem, pelo IBGE, 47 mil habitantes. Está excluído, Deputado Lemos, do programa habitacional. Por que está excluído? Porque tem menos de 50 mil habitantes.

Ou seja, é uma preocupação muito grande. Conversei inclusive com gestores da Caixa Econômica Federal. A preocupação é geral em função desse projeto, da forma como ele está concebido. O programa tem grandes subsídios. Os subsídios são importantíssimos. A prestação vai estar em média, para quem ganha abaixo de três salários, R\$ 50. É uma prestação que temos lutado para que prevaleça, em muitas circunstâncias, 10% da renda ou R\$ 50.

Efetivamente, temos que abrir o leque, temos que incorporar primeiro todos os Municípios, pequenos e médios, do nosso País. Por outro lado, temos que incorporar os outros sistemas construtivos que não aqueles havidos do mercado formal da construção civil.

Não é possível, eu lutei a minha vida inteira para que pudéssemos fazer o sistema de mutirão, organizado, depois o sistema de autoconstrução e por último aperfeiçoamos o Sistema de Gestão Comunitária para Produção de Habitação e Interesse Social. Ganhamos prêmio da Caixa Econômica Federal, que conhece a prova e dá como referência o nosso modelo. Cada Estado tem um modelo próprio que desenvolveu e que não é exclusivamente esse definido das construtoras.

Sinceramente fico muito, muito preocupado, estou chamando esse alerta. Hoje pela manhã, muito cedo ainda, Presidente Nelson Justus, eu liguei para o Governador Requião, reitere a minha preocupação. Tenho a informação que a Ministra Dilma vem ao Paraná, amanhã, para participar da abertura da exposição de Londrina. É hora de conversarmos com ela. Ela é, de fato, a grande idealizadora desse programa de 1 milhão de casas. A Ministra Dilma tem que flexibilizar os Municípios, temos que ampliar esse leque, não tenho dúvida disso, temos que abrir para outros sistemas construtivos e efetivamente temos que democratizar esse debate.

Concedo o aparte ao Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado. Deputado Romanelli. Quero concordar, em parte, com o que V. Exa. coloca, apenas ponderando que estamos no início de um processo. V. Exa. coloca de uma forma muito correta.

Talvez, em nenhum momento da história recente, tenhamos tido tanta atenção para construções em diversas modalidades. Aqui em Curitiba, praticamente 90% de todas as construções que a COHAB realiza são feitas com recursos do Governo Federal.

É um programa que não atende tudo que gostaria - V. Exa. foi da área e sabe bem - mas temos um déficit habitacional de 8 milhões de famílias. Estivemos pelo menos 100 anos sem uma política habitacional que privilegiasse, não só na construção de casas, mas algumas das consequências da falta de casas, que é a regularização fundiária. Acho que hoje se tenta fazer isso. Claro que há uma série de críticas, inclusive críticas que dizem que esse programa é muito mais de construção de habitação do que regularização fundiária, que pode encarecer inclusive o terreno.

Agora, me parece, e V. Exa. aborda também esse tema, que estamos no início do processo. Acho correto que tenhamos que fazer contato com a Ministra Dilma, com os órgãos do Governo, com os Ministros das Cidades, para que possamos abrir mais esse leque. Temos também as Cidades de menor porte, de 100 mil habitantes para baixo, até 50 mil habitantes, em alguns casos já há esta flexibilidade, para serem atendidos também. Talvez num primeiro momento se tenha como parâmetro isto que foi colocado. Eu não acredito que em um ano, um ano e meio, possamos construir no Brasil 1 milhão de casas. Não acredito que possa acontecer isso, porque há uma série de soluções que vão ter que ser regularizadas. Agora, acho que o início deste processo é muito positivo.

Quero concordar com V. Exa. que primeiro precisamos ampliar o leque, precisamos buscar recursos para ampliar esse leque. Talvez, se tivéssemos uma CPMF da moradia, pudéssemos resolver isso; não temos. Mas, talvez este primeiro passo seja importante.

Apenas gostaria de dizer que acho prematuro que cobremos determinadas ações do Governo, não é o seu caso, quando passamos muitas vezes anos e anos sem a

mínima preocupação. Alias, ao contrário, apoiando ações de especulação imobiliária. Então, parece-me que este é um momento de reflexão, de fazer todas as críticas que tem que se fazer. Mas, também, ponderar que tivemos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso sem nenhum, absolutamente nenhum programa que desse atenção à moradia popular no Brasil. Por isso este déficit é tão grande. Talvez, se tivéssemos esse programa há 16 anos, não estaríamos hoje discutindo isto.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Coloco-me também no mesmo entendimento, que é preciso que amplie-mos a faixa de financiamento e também aquelas famílias daquelas Cidades que são pequenas. É o caso de Palmas. Uma Cidade com 40 mil habitantes. Mas, tem pelo menos 10 mil pessoas que não têm hoje moradia digna. E acho que é preciso que amplie-mos sim, esse leque.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Respondo dizendo o seguinte: nunca, antes na história deste País, um Governo como o do Presidente Lula investiu tanto na habitação quando nós fizemos. Digo nós porque eu fui grande parceiro do Presidente Lula. Se eu consegui fazer uma política habitacional no Paraná, fiz graças ao entendimento com o Governo do Presidente Lula, graças à Caixa Econômica Federal, ao Ministério das Cidades, os grandes entraves que conseguimos superar. Aqui neste documento, o Governo Federal terá que preparar diversas medidas provisórias para poder, de fato, superar o problema do registro de imóveis, dos cartórios, porque vai dar gratuidade. Temos questões absolutamente importantes e que certamente vão encurtar os prazos.

Veja, se nós dois, Deputado Péricles de Mello, que foi Prefeito comigo, tivemos o prazer de trabalhar juntos, mas se nós dois, eu e o Prefeito Péricles de Mello, de Ponta Grossa, decidirmos fazer hoje um conjunto habitacional, entre a nossa decisão e a entrega das chaves, no mínimo 32, 33, 36 meses se passam. Por conta de toda essa cadeia que temos, na verdade, de travas, mais de 80 que vão interferindo neste processo. É muito difícil.

O fato é que quando faço este pronunciamento, é porque sou um tipo de pessoa que, ao longo da minha vida, fui superando alguma das coisas que nos condicionam, muitas vezes, algumas conveniências, eu não posso deixar de dizer que é uma belíssima oportunidade de construir 1 milhão de casas. E quero dizer que dá para fazer as casas, sim. O Governo fazer este mutirão. Colocar gente comprometida, os Prefeitos estão com vontade de construir, tem que usar mais esta estrutura dos Municípios. Mas, vejam bem, se formos ficar só vinculados à estrutura das construtoras, vamos primeiro inflacionar o metro quadrado, o preço do tijolo vai lá para cima, porque não temos esta dimensão. Vamos ter algumas questões que vão complicar muito este processo de construção de moradias.

Então, é necessário flexibilizar, primeiro, abrir este leque. Temos que construir, sim, nos grandes Municípios,

acima de 100 mil habitantes, mas vejam bem, o Deputado tocou num ponto fundamental, a questão da regulamentação fundiária. O grande desafio nosso, nas Regiões Metropolitanas, é a regularização fundiária. A regularização fundiária está excluída deste pacote. Por que está excluída? Não sei porquê. Esta é uma estratégia para aquecer o mercado formal da construção civil. Só que estamos colocando todos os recursos que temos para a habitação neste pacote. Ou seja, vamos deixar, de fato, de ter os programas de regularização fundiária, salvo que venha um outro dinheiro novo, que venha de uma outra área.

Então, qual é o nosso desafio daqui de Curitiba e Região Metropolitana? Era que nós, em pelo menos cinco anos, conseguíssemos regularizar 30% das ocupações, que chegam a mais ou menos 140 mil famílias. Se conseguíssemos este desafio, melhorariamos os indicadores de violência, de exclusão social, como mudaríamos a qualidade de vida das pessoas. Agora, temos que reconhecer que é complexo tocar um programa igual a esse excluindo. É um complexo. Não tenho dúvidas que, por exemplo, está tudo concentrado na Caixa Econômica Federal. A Caixa são três instituições dentro da mesma, porque tem a Caixa Fomento, tem a Caixa Benefício e tem a Caixa que é um banco comercial.

Ora, a Caixa tem, obviamente, os seus interesses e atua como instituição pública que presta um relevantíssimo serviço à população, mas vejam que ela não vai conseguir ser agente promotora desses empreendimentos. Não consegue. Tem que ter as COHABs, tem que ter as Prefeituras e a Prefeitura não pode só levantar a demanda e o terreno, porque a caixa sozinha na consegue tocar esse programa habitacional. Temos que modificar esse pacote nesses aspectos operacionais e a Caixa Econômica sabe disso, porque ela tem esse *know how* respeitado.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Romanelli, primeiro quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, porque o senhor tece uma crítica construtiva, mostra conhecimento sobre o assunto e faz algumas sugestões que considero importantes ao Governo Federal. O senhor não desacredita a ação do Governo Federal, porque o senhor sabe a importância cultural inclusive de uma ação do Governo. O PT é um partido que desde o seu nascimento coloca como estratégia a valorização do mercado interno, a redistribuição de renda, o fortalecimento do Estado, a regularização fundiária, tanto que no Governo do Presidente Lula nunca existiu uma consulta popular tão grande como o encontro da Conferência das Cidades, da educação, da cultura, a valorização das minorias e, pela primeira vez na história do Brasil, de verdade há um programa de habitações rurais.

Estive ontem conversando com o Secretário Rafael Greca e as casas que foram construídas com o apoio de Deputados como Luciana Rafagnin e Elton Welter, pela Cooperativa de Agricultores Familiares, isso nunca aconteceu antes.

Agora, tem muitas críticas suas que serão objeto de um debate mais profundo. Com grande parte delas concordo, inclusive quando o senhor fala que tem que abrir, como o senhor teve a experiência, e vi em Cascavel uma obra da COHAPAR de quando o senhor era Secretário, centenas de casas populares feitas com cooperativas de moradores, de mutuários, com mão de obra contratada com rapidez e eficiência.

Mas, gostaria de colocar algumas coisas que temos que aprofundar. Quando se analisa os critérios para a priorização de projetos no programa Minha Casa, Minha Vida, primeiro, Estados e Municípios que oferecerem maior contrapartida financeira, infraestrutura para empreendimento, terreno, desoneração fiscal de ICMS, ITCMD, ITBI e ISS, menor valor de aquisição das unidades, existência prévia de infraestrutura, atendimento a regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos de infraestrutura, tais como usinas hidrelétricas e atendimento a áreas atingidas por catástrofes definidas pela Defesa Civil, ou seja, no Brasil tenho um dado que em 2007 mais de 55% das pessoas moravam em Cidades com mais de 100 mil habitantes e provavelmente se colocarmos as Cidades com mais de 50 mil, vai dar mais de 60%.

Então, parece-me e concordo com a sua crítica que temos que fazer um debate mais profundo e o Governo pode mudar alguns critérios, mas o objetivo do Governo foi agilizar o processo diante da crise, e o senhor mesmo disse que é difícil construir casa, mas foi agilizada mais rapidez neste momento de crise, e incentivar os Municípios a disputarem entre si, colocando recursos municipais.

Concordo que o Governo não deveria fazer esse corte radical apenas para Municípios com mais de 100 mil e excepcionalmente mais de 50 mil, e também deve abrir, como o senhor diz, para cooperativas, para alternativa de construção que não sejam as empreiteiras.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É claro que o tema não se esgota. O programa é positivo, mas precisa ser aperfeiçoado. O programa tem que trabalhar com outras variáveis.

Manifesto publicamente a minha preocupação, porque fui eleito Deputado Estadual com forte apoio dos movimentos sociais ligados à área da habitação. Eles poderão ser até parceiros e integrar aqui, de alguma forma, esse processo. Lembro-me quando fizemos uma Conferência das Cidades em Ponta Grossa e levei a arquiteta, então Secretária de Política Urbana do Ministério, Raquel Rolnick. A política habitacional do Presidente Lula foi pensada pela professora Emília Maricato, uma das maiores referências deste país na área de reforma urbana. Mas não podemos recuar naquilo que já conseguimos avançar, das conquistas, das novas formas de construção associativa, porque isso, na minha avaliação, é um retrocesso, respeitando o mercado formal da construção civil. Penso que não podemos excluir aqueles que, de fato, neste País, conhecem profundamente a habitação e não a têm como um negócio exclusivamente.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para falar de um projeto de lei, duplamente comentado em todo Brasil, já foi sancionado em São Paulo, está vigorando, que é o projeto de lei que cria o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.

Ontem fiz o protocolo do projeto que tem os mesmos moldes. Na verdade, esse projeto foi criado nos Estados Unidos, chamado Lei Do Not Call, foi trazida ao Brasil e São Paulo aprovou, por unanimidade, e foi sancionada pelo Governador. E hoje recebemos a informação de que 48 mil cidadãos paulistanos entraram na internet e fizeram os seus cadastros negativos para não receberem mais ligações de telemarketing.

Boas idéias devem ser reconhecidas e o Estado do Paraná poderá ser o segundo Estado do Brasil a adotar a mesma prática, com a lei nos mesmos moldes.

Acredito que esta lei poderá ser importante para as empresas de telemarketing, pois poderão se dirigir àquelas pessoas que não fizeram o cadastro negativo e oferecer seus serviços. Pode estender esse projeto de lei para empresas que fazem pesquisas eleitorais, ou outros tipos de pesquisas que acabam atrapalhando os afazeres do cidadão, ou na linguagem popular, “enchendo o saco”.

Já está protocolado o projeto que cria o cadastro para bloqueio de recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências. Acredito que o Estado do Paraná poderá, também, adotar essa lei de extrema importância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o segundo assunto é a respeito de uma emenda aditiva ao projeto do Deputado Alexandre Curi, que será votada nos próximos dias aqui na Assembleia Legislativa, depois de tanta discussão a respeito da PEC do Emprego, depois da segunda PEC do Emprego. Como o Deputado Alexandre Curi está fazendo até uma espécie de correção, seria da Bancada do PMDB esse projeto, ou da Bancada Governista, ou da Assembleia Legislativa, mas que também tem o apoio de grande parte da Bancada de Oposição.

Estou oferecendo uma emenda, juntamente com o Deputado Reni Pereira. Ontem à noite, me reuni com o Deputado Reni Pereira, que é constitucionalista, experiente tributarista, falei a ele que precisávamos fazer uma emenda que concedesse algum tipo de benefício para as empresas que promovessem admissões, que abrissem postos de trabalho no Estado do Paraná. A PEC do

Emprego previa apenas punições para as empresas que promovessem demissões em massa. Sempre imaginei que poderíamos melhorar esse projeto, fazendo um emenda aditiva a ele, que concedesse algum tipo de benefício para as empresas que admitissem.

Dessa forma, saiu a seguinte emenda aditiva a esse projeto de lei: *Altera a redação e fica assegurado às empresas que elevarem o número de empregados atuais em índice igual ou superior a 10% - se uma empresa tem 100 funcionários, admitir mais 10 funcionários, ou seja, 10% - para que essas empresas tenham acesso prioritário e facilitado aos créditos financeiros existentes e outros a serem criados e administrados pela Agência de Fomento Estadual.*

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá proceder aos remanejamentos orçamentários necessários para o fiel cumprimento do disposto na presente lei.

Ou seja, Deputado Rossoni, uma emenda extremamente constitucional.

É por isso que quero agradecer o apoio do Deputado Reni Pereira. Ontem, passamos a noite estudando uma emenda que pudesse ser viável, que pudesse auxiliar as empresas que admitem mais funcionários. Vamos ter a possibilidade de conceder esse benefício financeiro. Não é benefício tributário. Portanto, estará dentro da lei, será constitucional e o Governo vai poder auxiliar essas empresas.

As soluções para a crise, em todo mundo, estão passando pela abertura de créditos. As empresas, as indústrias. Acho que podemos dar um bom exemplo aqui no Estado do Paraná, e é por isso que peço o apoio dos nobres Parlamentares a essa nova emenda aditiva. Assim como o Deputado Reni Pereira, que assina junto comigo a emenda, gostaria da assinatura dos outros Parlamentares, para que possamos levar à frente essa discussão para que o Governo do Estado, além do que prevê esse projeto inicial de punir as empresas que demitem em massa, também conceda benefícios àquelas que promovem abertura de postos de trabalho.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, só para complementar seu pronunciamento.

Quando V. Exa. me procurou, ontem no final da tarde, algo que complementava a lei do Deputado Ratinho Júnior, porque as PECs, graças à sabedoria do Presidente, foram todas arquivadas, e essa lei do Deputado Alexandre Curi está alterando a lei do Deputado Ratinho Júnior, que via de regra, toda lei prevê sanções para aquelas empresas que recebem benefícios tributários. Quer dizer, ela vinha corroborar àquela tese defendida de que o Governo cria um chicote para bater nos empresários. Só isso. Acho que o mesmo instrumento que amedronta os empresários para não demitirem porque podem perder, pode servir. E foi essa a idéia que V. Exa. levou. A idéia

inicial era conceder benefícios tributários, e isso não pode, porque haveria renúncia de receita. E construímos juntos essa saída, que é saída inteligente que o mundo inteiro está adotando, inclusive o próprio Governo brasileiro está adotando, para aquelas empresas que resolverem enfrentar a crise admitindo novos funcionários, que elas tenham prioridade nas linhas de créditos atuais da Agência de Fomento. E o que é melhor, a própria emenda está autorizando, o Governo não precisa mandar mensagem para cá para pedir remanejamento para novos créditos na Agência de Fomento, ele pode fazer remanejamento orçamentário para adimplir esses pedidos de créditos.

Quero dizer, o Governo agora tem um instrumento não só para garantir que as empresas que recebem benefícios demitam em massa ou sem justa causa, que é a lei do Deputado Ratinho Júnior, e agora, com a alteração do Deputado Alexandre Curi, mas também tem na própria lei do Deputado Ratinho, com alteração dessa emenda, um instrumento para alavancar, para fornecer crédito, para fazer aquilo que é inteligente, aquilo que o mundo inteiro está fazendo.

Então, o Governo tem agora um instrumento legal para fazer as duas coisas, não só o chicote, mas também para alavancar o desenvolvimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Quero agradecer, Deputado Reni Pereira.

Quero pedir mais uma vez o apoio de todos os nobres Parlamentares para que possamos...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

... e do Deputado Antonio Belinati, que também está contribuindo com essa lei do Deputado Ratinho Júnior.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Antonio Belinati, agradeço também e acredito que teremos o apoio da grande maioria dos Parlamentares da Assembleia Legislativa. E isso vai ser uma boa notícia, uma boa lei para empresas que promovem admissões em todo o nosso Estado.

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV: com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, ouvi com bastante atenção o pronunciamento do Deputado Romanelli, e antes de entrar no assunto que me traz à tribuna eu gostaria de fazer algumas considerações. O Deputado falou do Programa de Habitação, do incentivo à habitação, e o Programa do

Governo Lula, e colocou a questão de serem apenas 12 Municípios com mais de 100 mil habitantes. Longe de corrigir o Deputado Romanelli, mas hoje são 16 os Municípios com mais de 100 mil habitantes no Paraná. E esses Municípios perfazem uma população de mais de 5 milhões de paranaenses. Ou seja, são 16 que concentram mais de 50% da população paranaense.

Mas, concordo com a essência do pronunciamento do Deputado Romanelli. Há algum tempo tenho questionado essa forma de organizar as Cidades no Estado do Paraná e no Brasil: são 16 Municípios, que fazem mais de 5 milhões de paranaenses. E tanto o PAC, com relação aos investimentos em saneamento básico, como agora o Programa de Habitação do Governo, vêm privilegiar esses Municípios.

Na semana passada viajei pelo interior do Paraná e estive em algumas Cidades, que prefiro não citar os nomes, mas cidades que encolheram nos últimos anos, que já tiveram 40 mil habitantes e hoje têm oito, 10, que têm muita dificuldade de subsistir e que dependem quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios para poderem ser administrada. Acho que essa política de concentrar os investimentos nos grandes centros urbanos, propicia sempre isso, que as cidades, cresçam ainda mais. Uma política de habitação em Piraí, em Marilândia, em todas as outras Cidades, vou parar de citar para não esquecer outras, faria com que os paranaenses parassem de se aglomerar nas Regiões Metropolitanas como um todo.

Saí de União da Vitória, quando eu tinha 18 anos, vim para Curitiba, atraída pela Capital Social, Ecológica, Sorriso, por esses títulos que ela, graças a Deus, ostenta. Vim porque queria estudar, trabalhar, por uma razão. Era difícil alugar uma residência e trabalhar aqui e acabei me instalando em Araucária, há muito tempo atrás. Confesso que gostaria de ter ficado em União da Vitória, naquela época, e ter tido acesso à habitação, à Educação, ao atendimento médico, às perspectivas de trabalho, que vim buscar aqui.

Penso que deveríamos imaginar uma política que descentralizasse o poder na questão econômica, que propiciasse às pessoas ficarem no lugar de nascimento e que lá fossem cidadãos com direitos à cidadania. Por isso, compartilho com as colocações do Deputado Romanelli.

Há algumas situações que não consigo entender. Por que um cidadão que nasce em Araucária tem um valor *per capita* infinitamente maior do que um cidadão que nasce em Bituruna? Se pegarmos a renda da Cidade onde moro e dividirmos pela população que lá reside e a renda e o orçamento do cidadão de Bituruna, é uma diferença gritante. As necessidades são as mesmas. Tínhamos que pensar em uma reforma tributária. Sonho em uma distribuição *per capita* dos recursos deste País, onde cada cidadão valesse a mesma coisa e fossem investidos nele os mesmos recursos. Porque são sempre públicos e construídos por todos.

Pegar um gancho da fala do Deputado Romanelli e dizer que quando o Governo Lula anunciou a redução do IPI para os materiais de construção, achei excelente. Ele também aumentou o IPI do cigarro. Nessas coincidências felizes, creio que tenha sido, porque não vi por parte do Governo, em nenhum momento, eles relacionarem que esse aumento em cima da tributação do cigarro, do tabaco, foi no dia de combate ao tabagismo. Foi uma medida muito importante e gostei muito de ouvir. Porque no Dia Internacional, Mundial de Combate ao Tabagismo, temos o aumento do IPI do cigarro em 25%.

Sinto muito pelas pessoas que fumam, mas o tabagismo é considerado, pela Organização Mundial da Saúde, a principal causa de morte evitável em todo mundo. A OMS estima que 1/3 da população mundial, isto é, 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, entre os quais 200 milhões de mulheres, sejam fumantes. Pesquisas comprovam que aproximadamente 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos Países em desenvolvimento, os fumantes constituem 48% da população masculina e 7% da população feminina. O total de mortes devido ao uso do tabaco atingiu a cifra de 4, 9 milhões de mortes anuais.

É um rombo imenso nos recursos que vão para o Sistema Único de Saúde. A parte de alta complexidade, tratamento quimioterápico, radioterápico, o tratamento de câncer, custa muito caro. E custa caro para todos os brasileiros. Geralmente esses recursos são os mesmos que fazem falta lá na atenção básica na Saúde, na parte que deveria estar prevenindo que as pessoas adoçam.

Então, parabéns duplamente ao Governo Lula, pela isenção, pela diminuição dos impostos em cima da construção civil e parabéns na questão do aumento do preço dos impostos em cima do cigarro. Tomara que junto com essas sejam feitas medidas também para coibirem a entrada de cigarro pelas nossas fronteiras, que isso também é um grande problema, porque aumenta o cigarro e aumenta ainda mais a importação clandestina, para não dizer o contrabando.

Queria finalizar dizendo que hoje pela manhã estive em Palmeira, que no próximo dia 07 vai completar 190 anos. Palmeira é a Cidade que fez uma referência muito positiva dos Deputados Péricles de Mello, Marcelo Rangel, Plauto. Palmeira que me convidou para ir lá porque hoje estava abrindo uma exposição em homenagem à Colônia Cecília.

Queria pedir, Deputado Péricles, Marcelo Rangel, Plauto, Jocelito, toda a bancada dos Campos Gerais, para que juntos pudessemos cobrar, está na Constituição do Estado do Paraná, o artigo 32 que fala das disposições transitórias: *O Estado em colaboração com o Município e a comunidade de Palmeira e sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, reconstituirá dentro de dois anos da promulgação desta Constituição, parte da Colônia Cecília, fundada neste Município no século XIX, para a preservação dos seus caracteres históricos e culturais.* A Constituição que data de 24 de abril de 2000.

Vamos cobrar para que consigamos viabilizar essa questão. É interessante. Alguma dia disse que quem não cuida da sua história, compromete o seu futuro. Ou algo parecido com isso.

Tenho absoluta certeza que os Deputados dos Campos Gerais poderiam fazer um pronunciamento com relação à Colônia Cecília, com muito mais propriedade do que este. Mas, me somo aos senhores para cobrarmos isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria iniciar fazendo referência ao pronunciamento da Deputada Rosane, do Município de Palmeira.

Hoje pela manhã, estivemos reunidos com o Vice-Governador Orlando Pessuti, numa conversa franca e amigável, uma pessoa que merece nossa admiração e respeito. Mas, provavelmente estarei em Palmeira à noite e me somo à preocupação da Deputada Rosane. No ano passado já cobramos esta Casa, teve inclusive audiência com a Secretária Vera Mussi, com o Secretário de Turismo, tem um dado referente a 27 de junho de 2007, sugerindo a visita da professora Zenilda Broginsky, acompanhada do Prefeito, a Vereadora Luzia, em nosso gabinete, e realmente é uma preocupação fundamental, uma das referências mais profundas das entidades paranaenses, com um profundo reflexo em Ponta Grossa, que é a colônia dos anarquistas que vieram da Itália, inclusive com referência na literatura nacional de Zélia Gattai - Anarquistas, graças a Deus - um programa especial da Rede Globo e, recentemente, um dos maiores intelectuais de Ponta Grossa - digo de Ponta Grossa porque ele mora lá há bastante tempo lá, apesar de não ter nascido em Ponta Grossa, professor Miguel Sanches, que é Pró-Reitor de extensão na universidade, um dos maiores intelectuais, um dos maiores escritores do Paraná, com vários romances publicados, poesias, livros de contos, inclusive vários prêmios, Prêmio Jabuti - ele estará dando uma palestra em Palmeira hoje, e escreveu um livro sobre os anarquistas, com referência à Colônia Cecília.

Claro que é uma coisa complexa, precisa de recurso, não tem o vestígio, digamos assim, antropológico, onde foi a Colônia Cecília, mas há o registro histórico, os jornais de Ponta Grossa, já do começo do século XX, faziam referência importante.

Temos famílias tradicionais de Ponta Grossa que são descendentes dos líderes da Colônia Cecília e queremos dar os parabéns a Palmeira, e por esta luta que é da Deputada Rosane também, dos Deputados dos Campos Gerais e creio que de todos os Deputados do Paraná.

Por falar em cultura, vamos receber, na semana que vem, o Ministro da Cultura. O Deputado Ângelo Vanhoni trará o Ministro Juca Ferreira aqui do dia 7, que fará uma palestra em Curitiba, uma Audiência Pública, estará percorrendo a Região Centro-Sul do Paraná, em Mallet, onde foi tombada a igreja que é referência da cultura ucraniana, na Serra do Tigre, com recursos da Caixa Econômica, preservação do patrimônio, um trabalho muito bonito que está sendo feito nessa região. Eu sei porque um arquiteto ponta-grossense, engenheiro civil, que foi meu Secretário de Planejamento Urbano, ele ganhou um edital da PETROBRAS e publicou um livro belíssimo sobre arquitetura eslava na Região Centro-Sul do Paraná, um livro que tem um acervo fotográfico dos mais maravilhosos que já vi em nosso Estado, da arquitetura eslava em madeira, e agora ele ganhou uma licitação nacional para fazer o inventário do patrimônio histórico da Região Centro-Sul do Paraná, um trabalho muito bonito, e o Ministro vai percorrer várias Cidades, Irati, Mallet, e outras Cidades da Região Centro-Sul, da arquitetura ucraniana e polonesa, e virá aqui e queremos fazer um apelo, Deputado Romanelli: o Governo Requião tinha que investir um pouco mais de cultura.

Sabemos que a carência do nosso Secretário é muito grande. Inclusive já falei desta Casa, estou organizando um projeto de lei para que os recursos das empresas públicas, tipo SANEPAR e COPEL, seja feito um edital público e os programas culturais, os artistas que quiserem participar, se inscrevam porque hoje no Paraná, todos os recursos da COPEL e SANEPAR vão para o museu. Não tenho nada contra isso, mas acho que o museu podia pegar recursos do orçamento e também recursos internacionais ou nacionais, mas temos um volume de recursos para atividade cultural.

O Governo Federal está lançando o Programa Pontos de Cultura, que é um programa inovador no Brasil e diz respeito à identidade cultural de cada Cidade, cada localização. O Beto Richa fez aqui um edital associando-se ao Governo Federal, saiu uma matéria na Gazeta do Povo, importante, ontem, e temos que começar a conversar com o Governador Requião, tenho debatido muito nesta área, estou em vias de apresentar um projeto de ICMS cultural, já fiz vários discursos sobre isso, mas hoje a lembrança da colônia anarquista de Palmeira me trouxe essa necessidade de falar, convidar a todos os Deputados a participarem do encontro com o Ministro da Cultura na semana que vem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da habitação deve ser objeto de vários debates, eu fiz uma intervenção no discurso do Deputado Romanelli, acho que realmente a questão das Cidades pequenas é uma questão séria, e toda lógica do Governo Federal e a lógica do partido que eu dediquei mais de 20 anos, quase 30 anos de minha vida, é da desconcentração de renda, distribuição de renda e da desconcentração espacial, porque concentração espacial, territorial, significa concentração de capital, concentração de riqueza, concentração de renda e toda a nossa política. E vários aspectos da política do Governo Federal vêm neste sentido.

Por exemplo, o PRONAF, temos dados aqui do Governo Fernando Henrique para o Governo Lula, aumentou várias vezes. Isso sim é um instrumento de manutenção da população do meio rural, com a aposentadoria rural, que é uma luta histórica nas forças de Esquerda do Brasil, que é muito criticada, déficit da previdência, assim por diante.

Porque todos os geógrafos, sociólogos que estudam o êxodo rural, fazem uma tipologia e falam de fatores de expulsão e fatores de atração. Todos eles têm um consenso em dizer que os fatores de expulsão são mais importantes no êxodo rural do que os fatores de atração pela Cidade grande, apesar da mídia.

Ou seja, êxodo é quando a pessoa não tem mais emprego, não tem mais condição de sobreviver na terra que o viu nascer. Apesar da sabedoria histórica dos camponeses, um dos livros mais tradicionais da literatura Argentina, que tem influência em toda literatura gauchesca, Martin Fierro, um dos conselhos do chamado Velho Viscacha aos filhos do Martin Fierro, que ele pegou para criar, quando ele ficava bêbado, dizia: “Não andes mudando de covas, assim como faz o rato. Conserva no rincão em que iniciou a sua existência. A vaca que cambia de querência atrasa na parição.”

Porque é verdade, o fazendeiro sabe que quando se muda uma vaca de uma Cidade, de um lugar para o outro, demora muito para pegar cria. O camponês sabe, porque toda a sua existência o ciclo foi mudar de lugar. O gaúcho que veio conquistar o Oeste do Paraná, e o Sudoeste, depois foi aniquilado, foi para Rondônia e para o Mato Grosso uma grande parte. Ele sabe da sua história de vida. Ele tem uma resistência à mudança. Ele só muda porque não tem mais alternativas de ficar na Cidade que o viu nascer.

Os Programas de Habitação Rural do Governo Federal são programas que mantêm as pessoas na sua Cidade; O Bolsa-Família, que em função da renda, mantém a pessoa na sua Cidade. As conquistas dos sindicatos rurais, de aposentadoria para o agricultor, mantêm as pessoas na sua Cidade. A política do programa habitacional, agora sem dúvida, e o Governo Federal também, é um dos Governos que mais investiu no Nordeste, que é a região historicamente prejudicada pela concentração e pelo êxodo dos paus-de-araras. Inclusive, o Presidente da República conhece bem essa tragédia existencial do povo brasileiro que tem que abandonar o Nordeste e vir para São Paulo. A dessocialização violenta, o abandono dos ancestrais, a tragédia humana que representa isso. O Governo Federal tem investido muito no Nordeste. Não é à toa que o Lula teve uma votação expressiva no Nordeste. Quando se faz uma crítica habitacional, acho que é respeitável uma crítica estilo Deputado Romanelli.

O Governo podia também ser demagógico e dizer o seguinte: “Olha, qualquer Cidade pode se inscrever.” Depois, nos critérios, impedir que as Cidades pequenas participassem. Ficava na mídia o discurso demagógico e depois, na hora de concretizar, a Cidade pequena era

esquecida como muitas vezes foi. Agora, concordo que esse projeto merece a crítica correta para ser transformado. Acho que o Governo tem capacidade de autocrítica para mudar aquilo que estiver errado. Esse projeto deve ser objeto de vários debates aqui nesta Casa, mas não dizer que uma invenção. Não.

O Lula foi claro, ele disse: “Eu não dou prazo”. Foi honesto, mas ele está exercendo o efeito de um líder. O líder tem que catalisar a vontade da coletividade, mostrar uma vontade que expresse o desejo coletivo, que convicentemente afirme e aloque recursos para que esse desejo se transforme em realidade. Isso que o Lula fez.

Precisamos construir no Brasil milhões de casas. O déficit brasileiro é mais de 7% e é um déficit que vem de muito tempo. Então, precisamos alocar recursos. Acho que podia mudar um pouco os critérios, para que as pequenas Cidades também, sem dúvida nenhuma pudessem participar, porque trabalhamos em Cidades pequenas, sabemos o efeito dessa crise nas pequenas Cidades, com a diminuição do Fundo de Participação dos Municípios, que é uma crise arrasadora que vai levar a mais concentração nas grandes Cidades e êxodo rural.

Ponta Grossa, Deputado Jocelito, até gostei do seu programa. Já critiquei a SANEPAR, fiz ofício e conseguimos resolver. Agora a COPEL se nega a instalar luz elétrica para pessoas que não têm documento. Não quero culpar o gerente da COPEL em Ponta Grossa, temos que discutir aqui em nível de Estado. Combati esse problema desde que fui Vereador em 1988. Achei que não ia existir nunca mais. Quando eu era Prefeito assinava dezenas de pedidos.

Uma coisa é uma ocupação de terra, onde há conflito jurídico, quando não tem posse. Isso é uma coisa. Agora, ocupação pacífica, onde já passa a rede de energia, o vizinho que está há 10 anos já recebeu a luz, o outro vizinho vendeu a posse, a pessoa fica sem luz! Ora, meu Deus do Céu! Se é um problema de propriedade, a Justiça que resolva! Mas não vamos condenar nossas crianças porque seu pai não tem documento do terreno, só tem a posse, a ficar sem geladeira e a ficar sem água para tomar. Chamei isto, em Ponta Grossa, de “crime da água”, quando era Vereador. E superamos. E temos que superar num Governo progressista como o do Governo Roberto Requião.

Não podemos aceitar que a COPEL, onde existe rede de energia elétrica, se recuse, por qualquer motivo que seja, a ligar a luz para as pessoas.

Queria terminar meu pronunciamento com este apelo e vou voltar a conversar sobre este assunto outras vezes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência queria fazer um esclarecimento, porque acho que é importante. Aliás, já estive reunido, hoje, com algumas pessoas da imprensa, do interior, a respeito de uma consulta que a Assembleia Legislativa fez ao Tribunal de Contas, em 26 de novembro de 2007.

Firmei esta consulta dirigida ao então Presidente, Conselheiro Nestor Baptista. Até então não obtive resposta. Mas, criou-se uma movimentação, onde as pessoas estavam totalmente preocupadas, porque esta Presidência, motivada pelas inúmeras indagações de Vereadores, Prefeitos e veículos de comunicação, solicitou os préstimos do Tribunal de Contas no sentido de esclarecer a posição oficial daquele Tribunal quanto à publicação dos atos oficiais na imprensa escrita. Consultamos oficialmente o Tribunal de Contas para a questão da publicação no Diário Oficial via internet, ou em jornal escrito, seja ele terceirizado ou o Diário Oficial daquele Município.

Em momento algum nos colocamos a favor ou contra que se publique em Diários Oficiais, em jornais de Cidade do interior, pelo contrário. Aachamos que os jornais do interior merecem e necessitam deste apoio das Prefeituras.

Em função disso, como houve uma movimentação, e acho que o Tribunal de Contas, mesmo sem ter respondido a esta Casa oficialmente, oficiosamente tenha feito a alguns Prefeitos, esta Casa se compromete, se não esclarecer definitivamente, ou encontrar um mecanismo com o Tribunal de Contas, esta Presidência entrará com um projeto de sua autoria para regulamentar esta questão, fazendo com que as Prefeituras tenham, sim, a obrigatoriedade e a possibilidade de utilizarem suas publicações em Diário Oficial, seja terceirizado ou próprio da Prefeitura.

Gosto de esclarecer as coisas, porque não gosto de deixar o dito pelo não dito. O Tribunal de Contas ainda não me respondeu oficialmente. Mas nós, de qualquer maneira, somos, sim, favoráveis a que as Prefeituras possam - claro que se quiserem publicar via internet que o façam, e é muito bom - mas que não deixem de fazê-los nos jornais, terceirizados ou não. Faço este esclarecimento.

Deputado Elio Rusch, na sua região alguns proprietários de jornais estavam preocupados, hoje diversos jornalistas me procuraram e fiz este esclarecimento e acho que é em boa hora. Já que vivemos este momento de transparência, é bom deixarmos as coisas bem esclarecidas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, não poderíamos esperar outra atitude sua senão esta, de esclarecer exatamente o que tem acontecido em relação a esta desinformação, podemos dizer, que houve, e colocou em xeque, inclusive, sua pessoa. Mas, acredito que os próprios proprietários de jornais que procuraram o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, em relação à validade ou não, o que levou V. Exa. a fazer uma consulta ao Tribunal de Contas, deve-se talvez pelo próprio decreto baixado pelo Governador do Estado do Paraná, que deixou de imprimir o Diário Oficial em jornal impresso e apenas se usa da impressão on line, tanto é que apresentamos aqui na Casa um projeto que está tramitando na Comissão de Justiça para derrubar esse Decreto do Governador, para que o jornal volte a ser impresso de novo, porque nem todas as pessoas têm acesso à internet.

Então, o jornal impresso ainda é a melhor forma para que toda a população possa ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E principalmente os jornais do interior, sabemos as dificuldades por que eles passam.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 313/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, sugerindo ao Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obra de pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Araruna com o Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 314/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria da Saúde, a doação de ambulância para o Município de Araruna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 315/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria da Saúde, a implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 316 e 317/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção do Centro Educacional Infantil no Município de Sarandi, no Parque Alvamar UNV e Parque Alvamar II. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 318/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o encaminhamento favorável a implantação de uma Delegacia da Polícia Federal na Cidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 319/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Ministro da Saúde a implantação de uma Delegacia da Polícia Federal na Cidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 320/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, a implantação do contorno desviando o tráfego diário de 5 mil veículos do centro do Município de Mandaguari. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 321/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, atenção especial à necessidade da construção de um abrigo para idosos no Município de Mirassol. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 322/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Secretaria de Estado da Educação, atenção especial ao atendimento da Lei nº 9177, de 29 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 323/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, atenção especial ao atendimento da necessidade do Município de Jardim Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 324/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a criação do Programa Paranaense de Recompensa Ambiental. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes da votação dos itens da pauta, gostaria de lembrar V. Exas. que amanhã, quinta-feira, teremos Sessão normal, às 10h. Portanto, reitero o apelo para a presença de V. Exas.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 725/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que fica instituído no Estado do Paraná o Dia Estadual da Polícia Federal, como sendo a data de 08 de março. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 725/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia Estadual da Polícia Federal, a ser comemorado, anualmente, no dia 08 de março.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 545/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/08, que cria, na Polícia Militar do Estado do Paraná, a Medalha de Honra ao Mérito Escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho. **Aprovada. (Publ. no DA nº 150/08, de 16/12/08, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 090/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - APMIF, com sede e foro no Município de IBEMA.

Aprovada.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 090/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - APMIF, com sede no Município de Ibema e foro no Município de Catanduvas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 091/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 019/09, de 16/03/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 107/08, que altera as delimitações das circunscrições dos 1º e 2º serviços de registro de imóveis da Comarca de Pato Branco. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/09, que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem como escopo alterar os dispositivos da Lei nº 13228/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, no âmbito do Estado do Paraná, tendo em vista uma proteção aos escritórios de família.

Legitimidade e Legalidade

O artigo 236 da Constituição Federal dispõe:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público:

§ 2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais. (grifos nossos)

Dentro do contido no parágrafo segundo do referido artigo, temos de buscar fundamentação no contido junto à Lei nº 10169/00, a qual regula normas gerais acerca da fixação dos emolumentos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro no Brasil, e é nesta lei que vemos a base para a promulgação da Lei Estadual nº 13228/01, pois vejamos que a lei federal assim normatiza:

Art. 8º Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitando o prazo estabelecido no artigo 9º desta lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais, pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal.

Portanto, vejamos que a execução de lei no sentido de observância a lei federal, a qual fundamentou o projeto que originou a Lei Estadual nº 13228, está justamente adstrito a tal dispositivo legal, tendo em vista que o mesmo dá competência aos Estados para que cumpram o que regula a lei federal.

Deste modo o Estado teve total legitimidade para a promulgação e aprovação da Lei nº 13228/01, a qual institui o FUNARPEN, antes de tratamentos do disposto no presente projeto, algumas considerações devem ser feitas:

O Governo do Estado do Paraná, regulamentando o artigo 8º da Lei Federal 10169 de 29/12/00 que determina o estabelecimento de formas de compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pelos Atos Gratuitos por eles praticados, sancionou a Lei nº 13228 e, 18/07/01, determinando a obrigatoriedade de aplicação do Selo de Autenticidade nos atos praticados pelos Tabeliões de Notas, de Protesto, Registradores de Imóveis, Registradores de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Registradores Civis de Pessoas Naturais e Distribuidores vinculados à Lei nº 8935/94, criando o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN, a quem compete, pela lei, custear os atos praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais.

Esse custeio, que para melhor entendimento, passamos a denominá-lo repasse, nada mais é que o ressarcimento que fará o FUNARPEN aos Registradores Civis compensá-los pela gratuidade instituída há mais de quatro anos por lei federal, para todos os atos de registro de nascimentos e óbitos praticados por aqueles escritórios.

Para viabilização desse repasse, houve a união da Categoria dos Notários e Registradores, aplicando-se a máxima da distribuição de renda onde pode um pouco mais participa ativamente na sobrevivência dos que não podem, por terem perdido totalmente as receitas que obtinham com a cobrança de custas para a realização daqueles atos.

Assim sendo, estão os notórios e Registradores do Estado do Paraná, garantindo a gratuidade dos registros de nascimentos e óbitos a toda a população, pais e registradores civis, pela gratuidade legalmente instituída, caminhavam, a passos largos, para o fechamento de seus escritórios, pois é impossível alguém trabalhar sem nada receber.

Entretanto, para haver repasse há que haver receita. Para essa receita, foi instituída a venda aos notários e registradores de selos, que foram denominados selos de autenticidade de atos, e que serão afixados nos atos que praticarem, cabendo ao FUNARPEN, por imposição legal, o fornecimento dos selos para todos os ofícios do foro extrajudicial, com exclusividade de atendimento. (Retirado do site: www.funarpen.com.br).

O presente projeto tem o intuito de alterar dispositivos da Lei nº 13228/01. Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual têm a Assembleia tal prerrogativa, por se tratar de lei cuja autoria é oriunda desta Casa de Leis.

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, verificou-se que o presente projeto está revestido de constitucionalidade, sendo que com fulcro no argumentado, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação da presente emenda modificativa, passando o artigo 7º do projeto a contar com a seguinte redação:

“Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 01/01/08”.

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Artagão Júnior e Stephanes Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do eminente Deputado Caíto Quintana, a presente proposição tem por objetivo alterar a Lei Estadual

nº 13228, de 18/07/01, que institui o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN.

O referido fundo foi criado no Estado do Paraná, pela lei acima mencionada, com a finalidade de compensar os Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado pelo gratuidade de atos por eles praticados, como o registro de nascimentos e óbitos e a emissão da primeira certidão respectiva, e que foi instituída pela Lei Federal nº 9534/97.

A receita do referido fundo decorre basicamente do fornecimento, do próprio FUNARPEN, de Selo de Autenticidade de Atos, para os serviços notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais.

A presente proposta de alteração, em síntese, propõe a inclusão, entre o rol dos beneficiários deste fundo, das Serventias Judiciais de Família, desde que não remunerados pelos cofres públicos, assegurando-lhes também o recebimento, deste fundo, de todos os serviços gratuitos prestados nos atos judiciais praticados, cujo valor poderá ser inferior ao valor mínimo das custas previstas na tabela vigente, por tipo de ação. Propõe a aplicação a todos os feitos doravante distribuídos, bem como as anteriores em tramitação e que vierem a ser reativados. Importante destacar que a proposta dispõe que, não havendo recursos suficientes para pagar todos os feitos gratuitos prestados, o valor existente deve ser rateado proporcionalmente entre todos os beneficiários - extrajudiciais e judiciais ora incluídos pela proposta em exame.

Ainda assegura a participação de um representante dos atuais escrivães de família no Conselho Diretor e também no Conselho Fiscal do referido FUNARPEN.

A preposição recebeu parecer favorável, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em voto elaborado pelo Relator Deputado Luiz Carlos Martins, o qual apresentou uma emenda, a fim de dar efeitos retroativos à lei para 01/01/08.

O feito foi encaminhado a esta comissão, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa, para receber parecer quanto à sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual, bem como atendimento a outras normas de ordem financeiro-orçamentária, cabendo ainda a esta Comissão efetuar uma análise de mérito.

Em 20/02/08 o ora subscritor deste relatório, na condição de Relator do projeto de lei nesta comissão, apresentou parecer neste colegiado no sentido de que, embora não haja incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira, posto que o Projeto de Lei não trata de recursos públicos propriamente ditos, e em que pese tenha recebido parecer favorável quanto à sua formalidade constitucional e jurídica, ao menos no seu mérito, a proposta exigia melhor análise e discussão, e assim opinou pela conveniência e oportunidade de se ouvir primeiramente os Registradores de Pessoas Naturais, atuais beneficiários do fundo, assim como os escrivães das Varas de Família, doravante também beneficiários dos recursos do FUNARPEN, se aprovado o projeto em exame.

A proposta foi atacada pelos membros deste colegiado tendo sido convidados para uma discussão junto à comissão, o Presidente ou representante do Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, o escrivão da 4ª Vara de Família de Curitiba, como representante da categoria, indicado pelos demais colegas através de interpelação informal, assim como também o Presidente ou representante da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná - ANOREG, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

Ouvidos os referidos representantes em reunião da Comissão, realizada no dia 27/02/08, nos termos das notas taquigráficas em anexo, onde também se pronunciou o autor do projeto, conclui-se, em que pese alguns membros terem se manifestado em condições de emitir parecer favorável à proposta, pela necessidade de se obter informações mais precisas quanto aos valores e números noticiados informalmente na reunião, a fim de aprofundar a discussão e posteriormente votar um parecer conclusivo, seja pela abrangência do assunto, seja pela exiguidade de tempo, tendo em vista o início da Sessão em Plenária.

Assim, o FUNARPEN, por ser Presidente, foi novamente interpelado a responder diversas questões, notadamente de ordem quantitativa, desta feita por escrito, nos termos do ofício em anexo, junto ao qual se encontram as respectivas respostas. Em suma, destaca-se na resposta fornecida pelo gestor do referido fundo de que haveria atualmente um passivo de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões), face ao insuficiente suporte financeiro do fundo para o ressarcimento devido aos registradores, considerando os atos gratuitos praticados por estes deste junho de 002 até a presente data. A conclusão do mencionado dirigente foi de que, por falta de previsão de novas fontes de receitas, o fundo não suportaria o impacto para suportar o acréscimo de ressarcimento proposto no projeto. Em 2004, o subregistro de nascimento estimado para o País foi de 16,4%, o que significou, aproximadamente, 550 mil crianças sem a certidão de nascimento no período considerado para o cálculo do sub-registro. Portanto, ainda são necessárias as campanhas de mobilização do Plano Nacional para a Erradicação do Sub-registro.

A Lei nº 765, de 14/07/49, ainda em parte recepcionada pela atual norma constitucional, trata do registro de nascimento e sua gratuidade. No entanto, tanto a Lei nº 6015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos, como a Lei nº 9165, de 12/02/96, que regulamenta o inciso LXXVII, do artigo 5º da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9534, de 10/12/97, tratam da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

Por isso é preciso ter um cuidado redobrado para não retroceder, inviabilizando um Fundo específico para remunerar estes serviços prestados de forma gratuita, por força da lei, pelos Registradores Civis de Pessoas Naturais.

Confundir as finalidades destes recursos previstos em lei própria, primeiramente tem impedimentos de ordem formal, pois é preciso ter clareza sobre a diferença entre as serventias judiciais e as extrajudiciais, sendo aquelas órgãos de Poder Judiciário, cabendo a este a privativa iniciativa de toda a sua normatização.

Ainda que não se admita nesta Comissão rejeitar a iniciativa por estas razões, ficou patente a falta de recursos do Fundo para atender a nova demanda proposta, sob pena de prejudicar um caminho ainda em curso, o de fazer com que todos os brasileiros tenham os seus documentos básicos de cidadania.

O problema, portanto, também é de ordem de receita. Aventou-se em estender a aplicação da cobrança de selos também na distribuição dos feitos judiciais. No entanto, isso naturalmente jamais poderia partir de iniciativa parlamentar.

Subliminarmente, e até mesmo ostensivamente nos ofícios encaminhados, atendendo às indagações desta comissão, ficou patente o pleito de aumentar-se a receita do Fundo, que o projeto original não traz, ao menos diretamente. No entanto, evidentemente que o curso normal, com uma eventual aprovação da proposta em exame, seria o aumento dos selos, e jamais nos valores externos com os rápidos cálculos realizados por alguns dos presentes à reunião realizada no dia 27 de fevereiro último. Senão vejamos, as custas de uma separação ou divórcio, pode atingir até R\$ 609,00 (seiscentos e nove reais), pela tabela dos Atos dos Escrivães de Família. E mais, a ampla maioria dos feitos importa em valor de causa que atinge o valor máximo das custas.

O mais grave é que a proposta é um evidente casuísmo, para o que uma lei jamais deve se prestar. Como se poderá conceber um benefício apenas para quatro escrivães da Capital. Embora não esteja expresso no texto, basta conhecer a estrutura do Judiciário paranaense para verificar a finalidade da presente proposta.

Também foi oficiado o escrivão da 4ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com indagações sobre a movimentação processual, receitas e despesas e tabela de custas, que foi respondido pelos titulares das quatro serventias da Capital, conforme cópia de ofício também em anexo.

No dia 13/03/08 o ora Relator apresentou novo requerimento, aprovado por esta comissão, com pedido de encaminhamento de ofício à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações, nos termos da cópia em anexo, bem como, para o pronunciamento deste órgão do Poder Judiciário Estadual, fiscal de todo o serviço judicial e extra no Estado, a cerca do projeto de lei ora em exame. A resposta, também com cópia em anexo, de lavra do ilustre Desembargador Leonardo Lustosa, foi de preocupação e indignação! Primeiramente protesta pela invasão de competência da matéria, posto que a proposta Parlamentar versaria sobre remuneração de serviço auxiliar do Poder Judiciário, privativamente ao Tribunal de Justiça, quanto à sua iniciativa.

Considera ainda grave o fato de o projeto desconsiderar a histórica incapacidade do FUNARPEN de custear a integridade dos atos gratuitos do Registro Civil de Pessoas Naturais, aumentando desmedidamente a despesa do Fundo sem previsão da receita correspondente. Destaca que a natureza jurídica dos recursos arrecadados pelo FUNARPEN “é de emolumentos (taxas de serviços) pagos pelos usuários dos serviços notariais e registrais em geral, estando o seu recolhimento adstrito ao custeio de atos de registros civil. Valores que, pela destinação específica, não podem ser desviados para a remuneração de serviços de cartórios judiciais, ainda que no âmbito de assistência judiciária, pois que esta ao Estado compete prestar”.

Aduz ainda que a justificativa do projeto invoca a baixa rentabilidade das escriturarias das Varas de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no entanto, não menciona - expressamente - “vir a pretendida modificação em benefício somente das quatro escriturarias de famílias da Capital, mas em detrimento de centenas de Oficiais de Registro Civil com renda muitas vezes inferior”.

Informou, por final, o ilustre Corregedor, que as quatro escriturarias mencionadas somente não mais percebem rendimentos dos cofres públicos, desde junho/2005, por força da Resolução nº 3.157/05 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ante o disposto na Lei nº 14506/04. Porém o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná acatou proposição da Corregedoria Geral, e por unanimidade, decidiu representar, junto à Procuradoria Geral da República, pela inconstitucionalidade formal, frente à Constituição Federal, das Emendas nºs 007/00 e 019/07 à Constituição Estadual, bem como do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 14526/04. Em sendo declarada a inconstitucionalidade das referidas normas, será restabelecida a remuneração antes paga.

Por derradeiro, noticia que se encontra em estudos na Corregedoria Geral da Justiça um estudo a ser encaminhado oportunamente à apreciação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça que poderá resultar em um projeto de lei de iniciativa deste poder, que “institua fundo de custeio do serviço judiciário que permita assegurar o integral cumprimento do disposto no artigo 5º, inciso LXXXIV, da Constituição Federal.”

Por mera liberalidade deste Relator e do Presidente desta Comissão, ilustre Deputado Edson Strapasson, ambos mantiveram encontro, na última quarta-feira, do Tribunal de Justiça, com o Corregedor-Geral, a fim de obter mais detalhes, mormente sobre os estudos em curso e antes noticiados quanto ao custeio do serviço judiciário, que poderá resultar em uma solução definitiva à questão dos serviços gratuitos prestados nos cartórios do Judiciário Estadual.

II - Voto do Relator

Em que pese não ser de competência desta Comissão de Finanças analisar aspectos de constitucionalidade e

juridicidade das proposições distribuídas à mesma, tendo em vista o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, impõe-se um breve comentário, ante as informações colhidas por este Relator e demais membros deste colegiado no presente projeto de lei.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 236 que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. O referido dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal nº 8935, de 18/11/94, denominada Lei dos Cartórios. Ainda a Constituição Federal dispõe no parágrafo 2º, do mesmo artigo 236, que lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. A lei a que se refere este dispositivo constitucional é a Lei nº 10169, de 29/12/00, a qual estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, no entanto remete aos Estados federados a fixação do valor destes emolumentos. E nesta mesma lei federal, em seu artigo 8º, se estabeleceu que os Estados, assim como o Distrito Federal, estabeleceriam formas de compensação aos registradores civis de pessoas naturais pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal. Ante esta disposição legal, o Estado do Paraná criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, através de Lei Estadual nº 13228, de 18/07/01.

O Brasil historicamente sofreu do subdesenvolvimento da cidadania no País, onde se destaca o subregistro de expressiva parcela de brasileiros, que significa a ausência de identificação e de reconhecimento do indivíduo pelo Estado. E em parte ainda padece deste mal, que importa em obstáculo para o acesso aos benefícios e serviços públicos, como direitos básicos de saúde, de educação, de informação e de justiça. Os fatores que contribuem para tanto são geográficos, tecnológicos, de políticas institucionais, mas sobretudo sócio econômicos.

E sendo o mais claro: seria uma irresponsabilidade aprovar uma lei que, na prática, se não fosse declarada inconstitucional ou dada negativa de vigência, importa em obrigar que qualquer cidadão, inclusive os mais pobres, de qualquer região do Paraná, que necessitam, por exemplo, autenticar as cópias de seus documentos pessoais, para buscar um emprego, paguem mais por tais atos dos tabelionatos, a fim de resolver um problema de quatro escrivães da Capital!

O problema existe, mas a solução não deve ser a apresentada pelo projeto de lei em exame. Propugnamos pela realização de outros estudos, como os em curso no Tribunal de Justiça, para fins de atender um problema que atinge todo o serviço auxiliar do Poder Judiciário, através de todas as serventias, embora alguns com mais intensidade.

Oportunamente convém a realização de uma Audiência Pública onde se discuta toda a Justiça gratuita como

instrumento de democratização do acesso ao Judiciário, no qual deverão participar representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo e deste Legislativo. Em face destas considerações, somos pelo parecer contrário ao Projeto de Lei nº 836/07.

Sala das Comissões, em 02/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Esse projeto analisamos na Comissão de Finanças em 2007 e foi bastante polêmico, inclusive com Audiência no Tribunal de Justiça. Há uma controvérsia muito grande em relação ao real interesse desse projeto. O próprio Presidente do Tribunal manifestou que seria totalmente inconstitucional aprovarmos a utilização de um recurso do FUNARPEN para financiar o déficit de quatro Varas de Cartórios Judiciais de Curitiba, que estariam sendo colocadas como deficitárias.

Solicito a V. Exa. que pudéssemos retirar da pauta por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não quis interromper V. Exa., mas há na mesa um Requerimento nº 1336, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, pedindo a retirada do projeto por cinco Sessões. Está em discussão o requerimento.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de encaminhar contra o requerimento. O assunto esta maduro para ser votado. Envolve quatro varas de Família, que têm em 85% do que fazem o serviço gratuito. Foi feito um acordo com a FUNARPEN.

Gostaria de pedir aos meus colegas que rejeitem esse pedido de adiamento da votação. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Tenho que reconhecer que esse projeto é da maior importância. Lamento que o Deputado Caíto esteja cumprindo uma missão, em nome da Assembleia Legislativa, e não está presente nesta Sessão. Esse projeto quer pôr fim a uma grave situação que estamos vivendo, especialmente aquelas pessoas que demandam as Varas da Família em Curitiba, por conta que se transformou em um problema grave. Essas Varas são privadas, como são os Cartórios de Registro Civil. E o que ocorre na prática? Todas elas têm um grande déficit por conta da Justiça gratuita.

O FUNARPEN é aquele famoso selo que é colocado pelos cartórios do foro extrajudicial e contribui para formar um fundo. E esse fundo equaliza aqueles serviços gratuitos que foram estabelecidos por força da disposição da Constituição, que todo brasileiro tem direito a ter uma certidão de nascimento, tem direito a realizar um casamento. Como os

cartórios são privados, alguém paga essa conta. Foi feito um acordo, na época não era nem Deputado, mas acompanhei isso de longe e, lendo aqui o histórico, dá para saber o que aconteceu. Efetivamente, o problema grave que temos, hoje, de déficit, são Varas de Família aqui em Curitiba, onde tem que ter funcionário, estão funcionando essas serventias. Esses serviços não são de cartórios, são serventias, são serventuários da Justiça.

O que este projeto do Deputado Caíto Quintana propõe? Propõe justamente a correção de uma grave injustiça. Essas quatro Varas de Família, nos serviços gratuitos que prestam, passam a ter direito, passam a ter acesso ao FUNARPEN, que é um fundo público, mas de características privadas, porque ele efetivamente é constituído de dinheiro dos cartórios para poder redistribuir. No meu entendimento, me parece justa a pretensão, porque se eles vieram pedir um projeto destes foi no sentido, de fato, de poder promover uma melhor redistribuição desses recursos do FUNARPEN.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, em nome do Deputado Caíto Quintana, que está ausente, para que possamos votar esse tema. O projeto é constitucional, pode ser tratado, já foi tratado. O FUNARPEN foi criado por um projeto oriundo desta Casa e pode ser votado pela Assembleia Legislativa. Por isso, quero encaminhar pela rejeição do requerimento do Deputado Elton Welter, Sr. Presidente.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, quando participava das Comissões Permanentes, quando vinham temas dessa envergadura, sempre me esforçava buscando todos os elementos do ponto de vista da fundamentação constitucional para apresentar um relatório muito conciso, inclusive faz parte do projeto.

Na época, consultei o Corregedor do Tribunal de Justiça e ele se manifestou da seguinte forma:

(**Lê**):

No dia 13/03/08 o ora Relator apresentou novo requerimento, aprovado por esta comissão, com pedido de encaminhamento de ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações, nos termos da cópia em anexo, bem como, para o pronunciamento deste órgão do Poder Judiciário Estadual, fiscal de todo o serviço judicial e extra no estado, acerca do projeto de lei ora em exame. A resposta, também com cópia em anexo, de lavra do ilustre Desembargador Leonardo Lustosa, foi de preocupação e indignação! Primeiramente protesta pela invasão de competência da matéria, posto que a proposta Parlamentar versaria sobre remuneração de serviço auxiliar do Poder Judiciário, reservada privativamente ao Tribunal de Justiça, quanto à sua iniciativa. Considera ainda grave o fato de

o projeto desconsiderar a histórica incapacidade do FUNARPEN de custear a integridade dos atos gratuitos do Registro Civil de Pessoas Naturais, aumentando desmedidamente a despesa do fundo sem previsão da receita correspondente. Destaca que a natureza jurídica dos recursos arrecadados pelo FUNARPEN “é de emolumentos (taxas de serviços) pagos pelos usuários dos serviços notariais e registrais em geral, estando o seu recolhimento adstrito ao custeio de atos de registros civil. Valores que, pela destinação específica, não podem ser desviados para a remuneração de serviços de cartórios judiciais, ainda que no âmbito de assistência judiciária, pois que esta ao Estado compete prestar”.

Aduz ainda que a justificativa do projeto invoca a baixa rentabilidade das escriturarias das Varas de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no entanto, não menciona - expressamente - “vir a pretendida modificação em benefício somente das quatro escriturarias de famílias da Capital, mas em detrimento de centenas de Oficiais de Registro Civil com renda muitas vezes inferior”.

Informou, por final, o ilustre Corregedor, que as quatro escriturarias mencionadas somente não mais percebem rendimentos dos cofres públicos, desde junho/2005, por força da Resolução nº 3.157/05 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ante o disposto na Lei nº 14506/04. Porém o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná acatou proposição da Coregedoria Geral, e por unanimidade, decidiu representar, junto à Procuradoria Geral da República, pela inconstitucionalidade formal, frente à Constituição Federal, das Emendas nºs 007/00 e 019/07 à Constituição Estadual, bem como do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 14526/04. Em sendo declarada a inconstitucionalidade das referidas normas, será restabelecida a remuneração antes paga.

Por derradeiro, notícia que se encontra em estudos na Corregedoria Geral da Justiça um estudo a ser encaminhado oportunamente à apreciação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça que poderá resultar em um projeto de lei de iniciativa deste poder, que “institua fundo de custeio do serviço judiciário que permita assegurar o integral cumprimento do disposto no artigo 5º, inciso LXXXIV, da Constituição Federal.”

E com esse inciso regulamentado vamos atender a demanda dessa ausência de recursos desses cartórios que reivindicam esse pleito. Portanto, o projeto, na nossa visão e de acordo com a opinião e do Desembargador e da comissão, eu fui relator do projeto, ele é inconstitucional e precisamos fazer um esforço político para que uma mensagem do Poder Judiciário venha a esta Casa para cumprir a norma do disposto constitucional.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria requerer votação em relação ao requerimento. Também queria orientar a bancada, não é bem orientação da Liderança do Governo, mas em função da ausência do Deputado Caíto Quintana, para

que pudéssemos rejeitar o requerimento e votar a constitucionalidade do projeto, aqui, nesta tarde. E depois, se tiver algum outro tema para ser discutido, discutiremos. Mas, quero encaminhar pela rejeição do requerimento do Deputado Elton Welter.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, encareço V. Exa que coloque em votação, em primeira, o meu requerimento, pedindo 10 Sessões, ou, de repente, façamos um entendimento com o Deputado Elton Welter para chegarmos a um meio termo e votarmos apenas um requerimento de oito Sessões. Acho que é suficiente para termos, pelo menos, uma semana para que possa se esclarecer em profundidade. Não podemos votar um projeto de tamanha profundidade, com o parecer como foi lido pelo Deputado Elton Welter, de forma obscura. E até quero dizer, Deputado Romanelli, acho que há um grande mal-entendido, não está se injetando dinheiro em...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Um minuto, Deputado, não estamos votando aqui nem o mérito do projeto, nem a constitucionalidade, absolutamente, nada disso. Estamos votando apenas o requerimento do Deputado Elton Welter, e é o único requerimento que eu tenho aqui, não tenho nenhum outro e que é por cinco Sessões. Esse requerimento que vamos votar agora.

O requerimento do Deputado Elton Welter pedindo a retirada por cinco Sessões, sem entrar no mérito: ou é a favor, ou é contra.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Se o Deputado Caíto Quintana, que é o autor do projeto, estivesse aqui na Sessão hoje, com toda a certeza ele daria todos os esclarecimentos que os Deputados necessitam. Como o Deputado Caíto Quintana não está presente e é o autor do projeto de lei, e a grande maioria dos Srs. Parlamentares com quem temos conversado não está ainda a par daquilo que está se discutindo efetivamente. Acho que se o projeto é de 2007, pode ser bom, não estou dizendo que não é, se ele está aí desde 2007, faz dois anos, retirar por cinco Sessões, adiar por uma semana a mais, uma semana a menos, não vai interferir em absolutamente nada. Vai ser votado, aprovado ou rejeitado no mês de abril. Agora, isso não altera nada.

Então, por essa razão concordo com o Deputado Elton Welter para que se retire por cinco Sessões, para que quando o projeto voltar, o Deputado Caíto Quintana, se possível, até reunir os Deputados fora da Sessão, em uma audiência e explicar o que, efetivamente, esse projeto quer trazer.

Por essa razão, concordamos em retirar por cinco Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. colocasse em votação, fizesse chamada nominal e fizesse votação nominal através do painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estou tentando. Não será diferente, Deputado. Não existe outra forma de votarmos que não seja essa.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, retiro o meu requerimento por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas não está aqui o seu requerimento.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sim, exatamente, é que está anexando na Mesa agora, fica desconsiderando. Mas, queria encaminhar esse requerimento porque o assunto não estamos discutindo o mérito e sim o requerimento, mas é importante que se diga que aquilo que o Deputado Romanelli falou não é a essência do que diz o projeto. O projeto tem outra finalidade. Portanto, encaminhamos favoravelmente para que tenhamos cinco Sessões para que possamos conhecer e votar com conhecimento e maior profundidade um tema dessa envergadura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Atenção. Srs. Deputados, vamos votar o requerimento firmado pelo Deputado Elton Welter, solicitando a retirada do projeto de autoria do Deputado Caíto Quintana por cinco Sessões.

Os Deputados que forem favoráveis à retirada do projeto por cinco Sessões, votam com a expressão SIM. Os contrários, votam com a expressão NÃO.

Em votação: 20 Deputados votaram SIM; 10 NÃO.

Aprovado o requerimento. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 836/07.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/08, objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências. **COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 515/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, visa extinguir a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das

Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências.

Em sua justificativa o autor sustenta que o “projeto de lei consolida o desejo de aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, do qual a sociedade paranaense participa.

Com o anteprojeto de lei será possível focalizar a gestão das águas no Estado do Paraná sem dispensar esforços em outras ações periféricas e que possam ser promovidas por demais instituições. A extinção da SUDERHSA e a criação do IPAGUAS possibilitará fortalecer os instrumentos da gestão dos recursos hídricos previstos na Lei nº 12726, de 22/11/99, inspirados na Lei Federal nº 9433, de 1997.

Em 2003 foi verificada a incompatibilidade da gestão dos águas por intermédio das denominadas Unidades de Execução Descentralizadas - UEDs previstas na Lei nº 12726, 22/11/99. O estudo realizado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE resultou no Parecer nº 170/03 que recomendou que a Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA assumisse as funções das UEDs mediante Decreto Estadual nº 1651, de 04/08/03. Este mesmo parecer recomendava que fossem realizadas estudos visando a reestruturação e fortalecimento da SUDERHSA para que as atribuições fossem futuramente consolidadas em lei. Posteriormente, mediante estudos da comissão nominada no Decreto nº 1651 e ouvindo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, que contou com a participação expressiva de representantes de instituições governamentais, de usuários e da sociedade civil, foram varias modificações à Lei nº 12726.”

Diz ainda, “que mesmo tempo a especialização que o IPAGUAS proporcionará na gestão pública das águas, com maior eficiência na implementação da outorga, fiscalização do uso das águas, monitoramento da qualidade e quantidade, difusão de informações, elaboração e implantação dos planos de bacias hidrográficas, funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas, entre outros, o instituto atuará de forma integrada com setores que demandam recursos hídricos em seus processos, na agricultura e, na indústria e realizará a interação com demais políticas públicas, especialmente com as recentes diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico.

Os avanços conseguidos a partir de 2003 estão consolidados pelos estudos promovidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SEMA, Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, Procuradoria Geral do Estado - PGE, secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e entidades que participam do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O anteprojeto de lei materializa a modernização para a gestão pública das águas.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1311, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Dobrandino da Silva, Elton Welter, Jonas Guimarães e Dr. Batista, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

Aprovado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Solicito, Sr. Presidente, que este projeto passe pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já ficou acordado com o Deputado Cheida que tão logo aprovado seja este projeto, irá para a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que não precisa V. Exa. submeter à votação, porque há um consenso, tanto da Oposição como do Líder do Governo, para que seja retirado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se. V. Exas. concordarem, está retirado o projeto por 10 Sessões.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Conversei com o Deputado Anibelli, que fez o requerimento pedindo a retirada, para que o mesmo pudesse efetivamente ser votado e discutido, e o projeto não fosse votado hoje em 1ª discussão. Aprovamos ontem, na CCJ, o projeto, que é absolutamente regular. Conversei com o Deputado Cheida, que poderá e poderia submeter a uma discussão do mérito do projeto.

Por outro lado, conversei com a nossa bancada aqui e há o entendimento, embora faça seis meses que o projeto está aqui na Casa, é só procurar no site da Assembleia que está lá o projeto, na íntegra, para que todo mundo possa ler. Não tem problema nenhum:

vamos retirá-lo então, faz-se a reunião da Comissão de Meio Ambiente e, na semana que vem, terça ou quarta-feira, gostaria de deixar acordado com o Deputado Anibelli, que pudéssemos votar a constitucionalidade do projeto, que constitucional ele é, na próxima terça-feira. Sob essa concordância quero, se for possível, votarmos pelo menos a constitucionalidade do projeto na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está retirado o projeto.

Antes de encerrar a Sessão, quero fazer um esclarecimento que acho que é importante. Hoje publicamos no Diário da Assembleia a relação de todos os servidores da Casa. Acho que este é um passo importante que damos ao nosso projeto da transparência. É uma parte desse projeto.

Segunda-feira, vamos encaminhar à CCJ para que votemos três projetos de resolução que dizem respeito a esse portal da transparência. Portanto, ele passa pela CCJ e devemos votar na terça-feira o projeto. Aí sim, completa todo esse círculo de transparência. Não vou me cansar jamais de agradecer aos membros da comissão, aos membros da Mesa Executiva, ao Deputado Durval Amaral, ao Deputado Alexandre Curi, ao Bibinho a todos aqueles Deputados que nos ajudaram a formatar esse projeto de resolução.

Por isso, peço e aproveito a oportunidade para encarecer à imprensa que tenha um pouco de paciência. Já entregamos essa relação com a publicação dos nossos servidores, agora votaremos na próxima semana os três projetos de resolução que completam o nosso plano de transparência, e assim cumprimos com aquilo que havíamos nos comprometido com todos os 54 Deputados.

O momento, agora, é exatamente de muita calma, de muito equilíbrio, com os pés no chão, com respeito. Porque nós, da mesma maneira que respeitamos a todos, conversamos com todas as entidades, com o Ministério Público, com a Associação dos Servidores aqui da Casa para que não houvesse melindre algum. É um fato inovador, é um avanço extraordinário que, como Presidente, faço questão de deixar bem claro. E hoje circula a relação de todos os servidores da Casa.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Tendo em vista que o Projeto de Lei nº 515/08 trata da extinção da SUDERHSA e criação do Instituto das Águas, creio que está incluído no projeto a formação de uma estrutura administrativa e que o mesmo, portanto, deve passar pela Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aprovado o requerimento. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 515/08.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1331, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Vou retirar esse requerimento porque ele não vai buscar as informações exatas que estou pedindo. Vou encaminhar outro requerimento, na próxima Sessão, para que eu possa esclarecer que isso aqui diz respeito à compensação de áreas para reserva legal no Estado do Paraná. Vou melhorar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está **retirado** o requerimento.

Requerimento nº 1333, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1303, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Acho que a ideia do Deputado é boa mesmo, acho que tem que colocar o nome do Município no ônibus, e de preferência que possa ficar bem destacada a ação do Governo do Estado que, pela primeira vez na história, vai entregar 1 mil e 100 ônibus para fazer o transporte dos alunos da rede estadual e municipal. É bom registrar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1301, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1307, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1319 e 1326, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1308, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

Requerimentos nºs 1312 e 1315, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1318, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1335, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1338, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1339, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02 de abril, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 047/08 e 060/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 471, 511/08 e 101/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição

Matéria cuja Transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a Requerimento do Sr. Deputado Antonio Anibelli em Sessão do dia 01 de abril de 2009.

Goulart: Conspiração do Silêncio

Hélio Duque
Jornal o Estado do Paraná

Nenhuma Nação civilizada pode relegar ao esquecimento, cultivando a amnésia, acreditando que a memória de um tempo será sepultada. Há quase 45 anos, no dia 01/04/64, o golpismo civil e militar derrubava o Governo Constitucional Brasileiro, implantando uma ditadura de 21 anos. Ao longo das últimas quatro décadas e meia, João Goulart foi relegado ao esquecimento pelos meios acadêmicos, jornalísticos e pelos políticos contemporâneos. E o pior, anatemizado como um Governo impopular; onde a incompetência era geral, fruto do que acusavam ser uma “República Sindicalista”. Em verdade, no seu Ministério ou em qualquer das 37 empresas estatais, existentes à época nenhum representante sindical ocupava titularidade gerencial.

Sobre a proclamada impopularidade, o IBOPE, em levantamento feito entre os dias 9 e 26/03/64, demonstra o contrário. A pesquisa realizada nas oito Capitais mais importantes do Brasil atestava majoritário apoio a João Goulart que receberia 49,8% dos votos se houvesse

reeleição. A proclamada impopularidade alardeada pelos golpistas de 64 não resistia à verdade nem no Estado de São Paulo, principal base de combate ao seu Governo. Os paulistas na escala de 69% apoiavam o Governo Goulart. Com essa distribuição: 15% consideravam o Governo ótimo; 30% bom; e, 24% regular. Enquanto 16% consideravam a administração má e péssima.

Por 35 anos, as pesquisas do IBOPE permaneceram sigilosas. Foram contratadas pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FIESP). A diretora atual do IBOPE, Márcia Cavallari afirma: “Esses levantamentos da década de 60 são semelhantes à metodologia das pesquisas recentes do instituto e são perfeitamente confiáveis”.

Aos pesquisadores, historiadores, sociólogos ou interessados no conhecimento dos problemas brasileiros, podem consultar o Centro Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) onde essa documentação inédita encontra-se arquivada. E nela se comprova que era real a popularidade do Governo de João Goulart nas vésperas do golpe civil e militar que iria defenestrá-lo do poder.

As circunstâncias que determinaram a ação golpista não têm na impopularidade o seu fundamento. A professora Gilda Iokoi, da Universidade de São Paulo (USP), considera que a popularidade de Goulart foi determinante para a sua deposição: “Como vivíamos um momento de grande polarização ideológica, as forças reacionárias se sentiram ameaçadas”. Já a pesquisadora Celina D’Araujo, do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considera que as pesquisas do IBOPE são de grande valor para a compreensão dos acontecimentos: “Reforça-se a tese de que o golpe foi um movimento anticomunista e não contra o Governo Goulart”. Naquelas pesquisas, 59% dos brasileiros apoiavam as reformas de base.

Em nome da memória nacional é fundamental saber por que Goulart foi deposto, quem realmente o temia, a quem ele tanto incomodou e continua incomodando até hoje, daí o silêncio e a quase expulsão da história brasileira. A defesa dos interesses nacionais foi um marco do seu Governo, daí o combate que recebia como atesta Celso Furtado, na obra autobiográfica *A Fantasia Desfeita*, II tomo, página 253, onde relata episódio insólito. Tramitava no Congresso Nacional, por iniciativa parlamentar, projeto de reforma bancária. O Ministro San Tiago Dantas, da Fazenda, recebe ultimato de Davi Rockefeller, presidente do Chase Manhattan: “Ou vocês tiram de imediato esse projeto de lei ou mando cortar todas as linhas de crédito que hoje se beneficia o Brasil.” De acordo com Celso Furtado: “San Tiago dava a impressão de estar arrasado. Certamente não se deixaria

humilhar por argentários arrogantes. Mas doía vê-lo tão acabrunhado. Longe de esmorecer, continuava a empenhar-se para criar um clima de compreensão nos círculos dos negócios dos Estados Unidos. Se fracassasse nesta tentativa, as incertezas cresceriam com respeito ao processo político brasileiro”.

A pressão do Presidente norte-americano de Lyndon Johnson era no sentido de enquadramento do Governo brasileiro na sua lógica geopolítica. Internamente, os conflitos sociais em todas as frentes, destampavam o caldeirão de uma sociedade excludente e fortemente alicerçada na injustiça social. Greves e indisciplina militar formavam respeitável parelha para a desestabilização do Governo. Uma frente externa hostil, alimentava os conflitos ideológicos em toda a América Latina, no auge da guerra fria e o medo de novas “Cubas”. As reformas estruturais debatidas à época quando o Brasil tinha 70 milhões de habitantes, estão na ordem do dia, na sua maioria até hoje, quando somos 180 milhões. Eram catalogadas como ação subvertedora da ordem pelos grupos de interesses adonadores da riqueza nacional.

A rigor, se externamente a hostilização ao Governo era centralizada nos Estados Unidos, internamente os ideólogos à Esquerda e à Direita travavam luta política radical, onde o objetivo era liquidar os fundamentos democráticos. A conspiração era generalizada, daí o historiador Leôncio Basbaum constatar: “Civis, militares, udenistas, petebistas, operários e camponeses, todos se reuniam em pequenos grupos, disfarçadamente ou não. E ninguém pensava em sustentar o Governo legal; pelo contrário, todos se declaravam dispostos a tomar o poder”. Nesse clima de conspiração geral, Goulart acreditava que se resolveriam os conflitos, cada vez mais radicalizados, nos limites do Estado democrático. O senso político conciliador de Jango iria fornecer as condições objetivas desejadas pelos golpistas, internos e externos culminando com 01/04/64.

Em dezembro de 1976, em circunstâncias nebulosas, foi o único Presidente brasileiro morto no exílio. O jornalista Carlos Castelo Branco, no *Jornal do Brasil* (07/12/76), t

estemunhou: “Poucos políticos foram tão cruelmente julgados pelos seus contemporâneos, sobretudo depois de deposto. João Goulart se imaginou um pioneiro da revolução social no Brasil. E certamente deve ter morrido na expectativa de que a história será com ele mais amena do que seus contemporâneos”.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.